

1º

ENCONTRO PAULISTA DE
SOCIOLOGIA DO ESPORTE

Pesquisas Interdisciplinares
em Sociologia do Esporte

INTERFACES: ESPORTE E SOCIEDADE

Marco Bettine (Org.)

EACH

Universidade de São Paulo

São Paulo, 2013

I ENCONTRO PAULISTA DE SOCIOLOGIA DO ESPORTE

10 de setembro de 2013

Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo

Comissão Organizadora

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

Renata Ferreira dos Santos – FEF/UNICAMP

Willian Maranhão – LUDENS/USP

Comitê Científico

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

Comitê Executivo

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

Renata Ferreira dos Santos – FEF/UNICAMP

Apoio

PISE – Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte.

Ludens – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Edital Esporte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Sociologia do Esporte (1. : 2013 : São Paulo, SP).

Interfaces : esporte e sociedade / I Encontro Paulista de Sociologia do Esporte ; organização do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte. – São Paulo : Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2013.

82 p.

Evento realizado na EACH/USP no dia 10 de setembro de 2013.

Modo de acesso ao texto em pdf: <<http://www.usp.br/ludens/index.php/pt/>>

ISBN 978-85-64842-11-3 (Documento eletrônico)

1. Sociologia do esporte. 2. Esportes – Aspectos sociais. 3. Antropologia urbana. 4. Sociabilidade. 5. Interdisciplinaridade –do Esporte, org. II. Título.

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Sumário

Capítulo 1. Times de futebol de médio porte no Brasil: da transformação de finalidade ao movimento de realocação de algumas equipes	4
Capítulo 2. Análise do cumprimento do Estatuto do Torcedor em estádios de futebol	20
Capítulo 3. Violência e Artes Marciais: A Influência do Processo Civilizador no Kung Fu	33
Capítulo 4. "Viva Sua Paixão": Os Jogos Olímpicos de 2016 e as Capas de Jornais do Brasil, EUA, Espanha e Japão	45
Capítulo 5. Habermas e o Jogo	61
Capítulo 6. Ação Governamental, Gasto Público e os Megaeventos Esportivos: Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíada 2016	74

Capítulo 1.

TIMES DE FUTEBOL DE MÉDIO PORTE NO BRASIL: DA TRANSFORMAÇÃO DE FINALIDADE AO MOVIMENTO DE REALOCAÇÃO DE ALGUMAS EQUIPES¹

A paixão pelo futebol, que surgiu de relações de amizade e identidade quando da concepção e fundação da maioria dos times ultrapassou as fronteiras locais, sendo que o amor por um determinado clube não encontra mais fronteiras político territorial. A partir do ano de 2010 alguns clubes de futebol considerados de pequeno e médio porte começaram a se mudar de uma para outra cidade dando início a um fenômeno novo no Brasil. Esses clubes deram início a uma realocação espacial de suas equipes de futebol deixando para trás suas “raízes” e história.

Os presidentes desses clubes fizeram declarações por meio da imprensa para esclarecer os motivos, pelo qual haviam tomado a decisão de mudança, de uma para outra localidade, e argumentaram que essa realocação tem raízes na falta apoio por parte do poder público do local onde estavam situados, sendo que o corte de incentivos financeiros levou o clube a buscar uma nova localidade que lhes fosse mais favorável e disposta a dividir os custos de operação da equipe.

Esta busca por novos municípios apoiadores, no entanto, não acontece de forma desordenada, Mourão (2004) destaca que os times de futebol buscam localidades que, devido aos bons indicadores e tendo satisfeitas as necessidades básicas, os

¹ Janael da Silva Alves (Mestrando pela Universidade Federal de Alfenas); Marcelo Lacerda Rezende (Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Alfenas) e Luciene Resende Gonçalves (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas) E-mail para contato: janael10@yahoo.com.br

moradores possam investir na busca por lazer, efetuando assim gastos em cultura, entretenimento e esportes

Os presidentes e diretores desses clubes, ao efetivarem as transferências tomaram essa decisão considerando a relevância econômica para a subsistência de sua equipe, em face à relevância identitária com a localidade onde a equipe teve gestada sua existência.

Gurgel (2004) apresenta a transformação por que passou o futebol, que antes envolvido por sentimentos afetivos, paixões e identificação local, acaba por se submeter enfim ao poderio econômico. No ocaso dessa evolução histórica do futebol dá se o início do fenômeno de realocação espacial nas trocas de município por parte dos clubes, fato que o presente trabalho se propõe a trazer à luz.

Este trabalho tem como objetivo fazer o resgate histórico e delinear temporal e sistematicamente as ocorrências de realocação de equipes de futebol no Brasil, desde seu início até o ano de 2013 por meio de um quadro demonstrativo, e ainda fazer uma reflexão, com base nas declarações de alguns dirigentes e na bibliografia que trata do tema apontando as possíveis causas que motivaram as transferências.

Além de levantamento bibliográfico, foram realizados levantamentos pela Internet, em sites de busca, de onde foram tomadas notícias e declarações dos dirigentes a respeito das transferências, além de visitas aos sites dos clubes de futebol e suas histórias e busca de dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram digitadas as palavras chaves: "transferências de equipes de futebol", junto aos nomes "Grêmio Barueri", "Grêmio Prudente", "Boa Esporte", "Nacional de Nova Serrana", "Ipatinga" e "Campinas" e coletadas reportagens que utilizadas na construção do trabalho, foram citadas no referencial, além de uma visita aos sites desses clubes na página que relata suas histórias, e quando lá foram verificadas referências a respeito da

troca de cidades, foram usados também como fonte. Foi feita ainda uma entrevista espontânea com um dos diretores do time de futebol Boa Esporte Clube.

HISTÓRICO DAS TRANSFERÊNCIAS DE SEDE DAS EQUIPES DE FUTEBOL. O INTERESSE ECONÔMICO POR TRÁS DE DOIS DISCURSOS: “FALTA DE APOIO E SOBREVIVÊNCIA”.

Na página oficial do América F.C na Internet, pode se ver que em sua história, durante a década de 70, devido a dificuldades financeiras, o time vendeu o patrimônio do clube para pagamento de dívidas, e se mudou para a cidade de Contagem – MG, cidade esta, vizinha ao município de Belo Horizonte, antiga sede do clube. Este fato, até então isolado na historiografia das mudanças de sede por parte de times de futebol no Brasil, se vê sucedido por vários outros a partir da primeira década do século XXI.

Quadro 1. Trajetória das mudanças de sede de equipes de futebol do Brasil no século XXI

<i>NOME DO TIME</i>	<i>CIDADE DE ORIGEM</i>	<i>CIDADE DE DESTINO</i>	<i>NOVO NOME DO TIME</i>
GRÊMIO BARUERI FUTEBOL CLUBE	BARUERI/SP	PRESIDENTE PRUDENTE/SP	GREMIO PRUDENTE FUTEBOL LTDA
CAMPINAS FUTEBOL CLUBE	CAMPINAS/SP	BARUERI/SP	SPORT CLUB BARUERI
GUARATINGUETÁ ESPORTE CLUBE	GUARATINGUETÁ/SP	AMERICANA/SP	AMERICANA FUTEBOL
ITUJUTABA ESPORTE CLUBE	ITUJUTABA/MG	VARGINHA/MG	BOA ESPORTE CLUBE

GREMIO PRUDENTE FUTEBOL LTDA.	PRESIDENTE PRUDENTE/SP	BARUERI/SP	GRÊMIO BARUERI FUTEBOL LTDA.
IPATINGA FUTEBOL CLUBE	IPATINGA/MG	BETIM/MG	BETIM ESPORTE CLUBE
NACIONAL ESPORTE CLUBE	NOVA SERRANA/MG	PATOS DE MINAS/MG	NACIONAL ESPORTE CLUBE
AMERICANA FUTEBOL	AMERICANA/SP	GUARATINGUETÁ/SP	GUARATINGUETÁ FUTEBOL LTDA

Fonte: Elaborado pelos autores

Num primeiro cenário, os dirigentes de times de futebol ao anunciarem sua tomada de decisão por meio da mídia nacional, argumentam que a falta de apoio do poder público local onde o time tem sede, e a oferta de apoio da nova localidade é decisiva para que a transferência seja levada a termo; "...o Campinas não existe mais e se transforma em Sport Clube Barueri.

Principalmente por não contar com apoio da Prefeitura de Campinas..." (ESPORTE 2010) declarou o novo presidente do time. O antigo presidente declarou também à imprensa que: "Ao contrário de Campinas, a prefeitura de Barueri dá apoio total ao futebol... É uma cidade menor do que Campinas, mas com uma estrutura esportiva bem maior e melhor", e ainda enfatizou que: "não contou com apoio logístico e nem financeiro do secretário de esportes de campinas", que teria se comprometido diretamente a ajudar para divulgar a cidade". (FARAH 2010; grifo nosso).

Os incentivos financeiros sejam em forma de repasses diretos, ou apoios por meio da cessão de uso gratuito da infraestrutura pública existente, são citados nas entrevistas de dirigentes e representantes do governo local. "Dentro da lei, a Prefeitura

pode ajudar [financeiramente] as categorias de base; para o time profissional estamos oferecendo apenas a estrutura", explicou. (LIMA 2010)

Em entrevista com o presidente do Boa Esporte, esse demonstrou a falta da infraestrutura esportiva futebolística necessária do município de Ituiutaba/MG para fazer frente à nova realidade do time que tinha acabado de conseguir o acesso para a série B do campeonato brasileiro de 2011, destacando o apoio financeiro que o município de Varginha ofereceu para receber a equipe foi fundamental para a mudança. (Moraes 2012)

Já o presidente do time Nacional que deixava a cidade de Nova Serrana/MG e se mudava para Ipatinga/MG declarou:

Estamos deixando Nova Serra por um motivo simples: falta de apoio da Prefeitura. Atualmente, temos como parceira a administração municipal que nos ajuda dando condições para que mandemos os jogos na Arena do Calçado, custeio de transporte interno e outros benefícios estruturais. Com a mudança no Executivo da cidade, não há garantias de que isso vai continuar. Por isso achamos melhor procurar uma alternativa de nos transferir de sede. (MATTOS 2012)

As justificativas dos presidentes dos clubes seguem uma mesma retórica, falta de apoio no município de origem e promessa de apoio do município de destino, que firmados por convênios e leis asseguram a continuidade do apoio, geralmente, por um tempo determinado.

No caso da transferência do Grêmio Barueri para Presidente Prudente a Lei municipal nº 7.159/210 de 26 de Fevereiro de 2010 dava ao clube o direito de uso e exploração comercial do estádio, realizando-se um repasse de 5% para um fundo municipal de fomento ao esporte amador, não havendo previsão de quanto tempo

duraria a sessão de uso e exploração do Estádio Municipal Eduardo José Farah, “Prudentão”. No caso do Boa Esporte e do município de Varginha, o primeiro convênio 06/2011 foi celebrado com a previsão de encerramento em dois anos. Ao término do prazo do convênio, o acordo foi renovado para um período de mais quatro anos conforme a lei 01/2013 (VARGINHA 2013).

Apresentado o que foram os argumentos da falta de apoio por parte de alguns dos presidentes dos times dos times de futebol, para que se buscasse uma nova parceria com outros municípios que pudesse garantir a existência dos clubes, num segundo cenário pode se identificar, que existiu certo padrão nas escolhas das cidades que seriam o novo destino de cada equipe. Em Mourão (2004), a busca por um novo destino não está ligada apenas ao incentivo financeiro, econômico e estrutural que do novo município possa advir, mas principalmente em virtude de outros sinais que o município possa apresentar, quanto à uma certa vitalidade econômica demonstrada por meio de seus indicadores.




A “área de mercado” em redor de uma colectividade desportiva não está só condicionada pela sua dimensão populacional. Dimensões adicionais são as conectadas com o rendimento dessa população, o seu nível de instrução e a possibilidade de ascender a consumos de índole cultural e desportiva na medida em que necessidades sociais primárias (como o conforto do parque habitacional, por exemplo) estejam satisfeitas. Mourão (2004).




Com exceção do Grêmio Barueri quando se mudou pela primeira vez para o município de Presidente Prudente, e do Campinas ao se transferir para a cidade de Barueri, nos outros casos, as transferências citadas, seguiram um padrão, os dirigentes buscaram cidades que apresentassem melhores índices em relação ao: Número de

Habitantes, Renda Per- Capita e Produto Interno Bruto do Município conforme o quadro abaixo, não excluindo outros fatores importantes que citamos a seguir.

Para que fosse estabelecida uma comparação foram elencados três indicadores dos municípios envolvidos nas trocas por parte das equipes, e que demonstram essa tendência de buscar o apoio em municípios que demonstram um maior crescimento econômico, em relação ao município que estava sendo deixado: Os indicadores escolhidos foram: População, PIB Percapita e Rendimento Mensal por domicílio Urbano (RMPDU).

Quadro 2 - Comparação de indicadores dos municípios palco da realocação de equipes de futebol o Brasil no século XXI.

MUNICÍPIO	BARUERI/SP 	PRESIDENTE PRUDENTE/SP
POPULAÇÃO TOTAL	240.749	207.610
PIB PERCAPITA R\$	115.319,91	20.489,14
RMPDU R\$	3.654,58	3.329,80
MUNICÍPIO	CAMPINAS/SP 	BARUERI/SP
POPULAÇÃO TOTAL	1.080.113	240.749
PIB PERCAPITA R\$	33.959,56	115.319,91
RMPDU R\$	4.332,55	3.654,58
MUNICÍPIO	GUARATINGUETÁ/SP 	AMERICANA/SP
POPULAÇÃO TOTAL	112.072	210.638
PIB PERCAPITA R\$	20.564,91	31.606,01

RMPDU R\$	3.117,34	3.582,47
MUNICÍPIO	ITUIUTABA/MG 	VARGINHA/MG
POPULAÇÃO TOTAL	97.171	123.081
PIB PERCAPITA R\$	20.833,84	32.133,82
RMPDU R\$	2.511,07	3.012,16
MUNICÍPIO	NOVA SERRANA/MG 	PATOS DE MINAS/MG
POPULAÇÃO TOTAL	73.699	138.710
PIB PERCAPITA R\$	11.415,07	14.402,40
RMPDU R\$	2.274,06	2.619,85
MUNICÍPIO	IPATINGA/MG 	BETIM/MG
POPULAÇÃO TOTAL	239.468	378.089
PIB PERCAPITA R\$	30.904,60	74.950,56
RMPDU R\$	2.826,30	2.231,80

Adaptado de IBGE Cidades@ CENSO 2010

Começa, pois, a ficar definida a identificação da procura de futebol profissional com as tradicionais funções-procura associadas a elasticidades-rendimento superiores à unidade, o que pode sugerir, na observação de Simons (1996), que o futebol é, em diversas ocasiões, um 'bem de luxo': a sua procura altera, substancialmente, em função de modificações no rendimento dos indivíduos, clubes de futebol profissional mais ambiciosos só poderão encontrar resposta cabal em áreas que proporcionem índices de desenvolvimento mais elevados. (Mourão 2004).

No caso do time do Campinas, que se transferir de Campinas/SP, para o município de Barueri/SP, apesar de fazê-lo para uma cidade com população menor, o município para onde rumou o time é parte integrante da grande São Paulo, sendo município limítrofe com a capital pertencendo ainda à região metropolitana.

Mourão (2004) ao fazer a análise desse fenômeno em Portugal, deixa clara a influência de regiões desenvolvidas para suscitar, atrair e manter equipes de futebol uma vez que em regiões com patamares mais elevados de desenvolvimentos tais equipes obtêm melhores respostas às suas ambições.

Para o autor competições nacionais, demandam maior investimento que competições regionais ou locais, podendo tais demandas ser supridas em localidades que tenham maiores recursos para serem gastos em atividades que não a puramente a manutenção e subsistência.

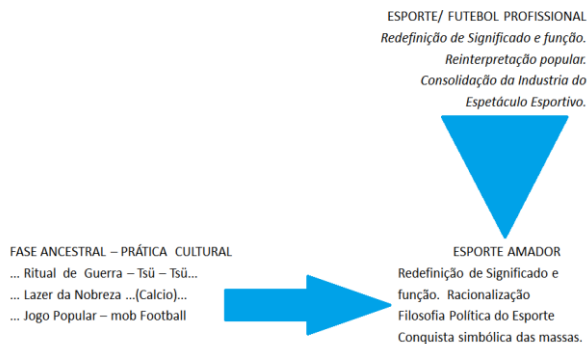
O autor destaca dois outros fatores que são primordiais na regionalidade para que o apoio ao clube aconteça e se estabeleça. O primeiro seria um fator endógeno, ligado ao sucesso do próprio time de futebol, que assim seria capaz de atrair mais fãs e adeptos. O segundo que deve ser levado em consideração contexto socioeconômico envolvente, onde se encontram variáveis como: a população local, o número de clubes próximos, a proporção de população local masculina e a proporção de população local masculina remunerada.

Nesse último grupo de determinantes apontado por Mourão (2004), levando-se em consideração a variável “existência de outros clubes próximos”, apenas o time do Nacional, que estava estabelecido no município de Nova Serrana, se mostrou como exceção ao se transferir para Patos de Minas/MG onde já existiam outras duas equipes de futebol profissional em atividade, já as escolhas dos outros times de futebol que se mudaram de cidade no Brasil na primeira década do século XXI, acabaram por seguir majoritariamente os parâmetros identificados em Mourão.

AS TRANSFERÊNCIAS DE EQUIPES DE FUTEBOL E O CONFLITO DE INTERESSE ECONÔMICO EM FACE AO DESPORTO COMO FATOR DE IDENTIDADE SOCIO CULTURAL.

Leoncini (2001) apresenta um modelo de construção histórica do esporte, que tendo início como expressão cultural, passa pela sua fase amadora até a consumação do esporte como prática empresarial. No Brasil essa lógica prevalece no futebol de mercado em grandes clubes, e de forma mais marcante a partir da edição das leis Zico no ano de 1993, da lei Pelé 1998 e principalmente das leis, portarias e resoluções dos desportos editadas nos anos de 2002 e 2003, que determina a metamorfose dos clubes de futebol em empresas de mercado e, "... por meio das quais os clubes, se cercam cada vez mais de medidas jurídicas para garantirem os seus "investimentos." (Bitencourt, 2009).

Figura 1. Trajetória dos esportes/ futebol.



Fonte: Adaptado pelos autores de: Leoncini 2001.

Na adaptação da figura de Leoncini, se percebe um primeiro estágio de transformação, sendo preservada, contudo uma relação de lateralidade, já num próximo estágio passa a existir uma relação de verticalidade entre as origens do futebol e seu estágio atual com a máxima da gerência empresarial dos clubes, melhoria dos serviços prestados e participação da iniciativa privada.

... a expressão clube-empresa é tomada com o objetivo de fazer referência à atividade empresarial desenvolvida pelos clubes de futebol que desempenham atividades profissionais, coincidindo, então, com a correta acepção da empresa, como objeto direto, ou seja, a atividade profissionalmente exercida e organizada para produção e circulação de bens e serviços. (Perruci, 2006, p. 202).

Essa nova realidade é antagonica, e alheia ao futebol em sua perspectiva clássica, histórica e identitária, que demonstraram estas, não ter o futebol nascido como um produto de consumo, e que para autores como Pires (1998), Raspaud (2002), Maranhão (2006), Bitencourt (2009), Ribeiro (2012) ele se mostra como movimento de identidade local, relação de amor, orgulho nacional, patrimônio cultural. Definição também dada por Eric Hobsbawm (Folha de São Paulo 04/08/2003) "... o que faz o futebol popular continua sendo, antes de tudo, a fidelidade local de um grupo de torcedores para com uma equipe...", e que acaba por realizar uma transmigração para se tornar produto de consumo em larga escala patrocinado pela mídia universal, terminando por enfraquecer as raízes endógenas e de identidade local, que por vezes, foi o que fez com que o time de futebol surgisse.

Decorrente desse processo, muitos dos torcedores, por falta de opção local e estimulados pelos meios de comunicação universalizados, transferem suas paixões

futebolísticas para clubes localizados fora de seus territórios. Um movimento que reconfigura a maioria dos torcedores (antes um torcedor de estádio, hoje um consumidor midiático de esportes) e nos constrói outro tratamento ao conceito de futebol nacional. Ou seja, por conta das transformações globais, seja no interior do sistema futebolístico, seja pelos processos de universalizações provocados pelas mídias de massa, o esporte local teria perdido importância (como por exemplo, os campeonatos estaduais de futebol)...(Ribeiro 2012).

Foi por meio da penetração gradual e constante da dinâmica financeira, aclaradas por declarações como a da FIFA em 2011, em que o futebol, esporte mais popular do planeta e o mais difundido na mídia, movimentara cerca de 250 bilhões de dólares por ano Santos et al (2011), que impuseram ao futebol a lógica do mercado, pelo que, na busca por uma melhor fatia dele, clubes profissionais acabaram por iniciar um movimento de realocação e transferirem de cidade sede.

A resolução RDP 08/2011 da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), publicada pela entidade, assim que a o Grêmio Prudente anunciou o retorno à sua antiga sede, a cidade de Barueri, depois de ter ficado fora por apenas dois anos, trazia no bojo, a preocupação com as consequências negativas para o futebol como um todo, sem deixar de destacar a preocupação financeira.

Essa preocupação com o prejuízo, com a credibilidade dos clubes e do futebol profissional como um todo, além da desmotivação do público, foi considerado no corpo do texto resolutivo como algo negativo e gerador de prejuízos.

Considerando que esta prática acarreta prejuízo à credibilidade das agremiações e do esporte, desmotivando o público, o que por sua vez afasta

potenciais patrocinadores; Considerando os graves inconvenientes trazidos à ordem esportiva como consequência dessas sucessivas alterações na imagem dos clubes... (Teixeira 2011).

A entidade máxima do futebol nacional resolveu ainda, por meio do mesmo texto que, desde que, com fundadas justificativas e a partir de então, com o pagamento de uma taxa para a entidade as transferências poderiam ocorrer, caso contrário não seriam permitidas.

A preocupação da CBF passa pelo que Leoncini e Silva (1998) identificaram em seus estudos, para eles “o torcedor é o valor base de um clube de futebol no mercado”.

A partir dessa definição de Leoncini e Silva, o que se infere no documento da CBF, é que a mudança frequente de sede pode acarretar prejuízos para a imagem do futebol, afastando o torcedor.

No entanto, a RDP 08/2011 termina por entender que outros fatores poderiam se apresentar como sendo também relevantes e justificáveis para as mudanças, sem contudo especificar quais seriam esses.

A ocorrência do fenômeno estudado se apresenta como uma característica estratégica de clubes de pequeno e médio porte, no entanto, tem despertado o interesse da grande mídia, além da tomada de decisões por parte das entidades de futebol preocupadas com os impactos e fatores que possam estar influenciando essas mudanças.

As novas exigências de performance econômica imposta aos clubes de futebol profissional vai de encontro às raízes do esporte onde o orgulho da pertença à localidade, o arraigamento cultural superava as dificuldades financeiras, considerando que a lógica imperativa no futebol desde seu início, até meados do século passado era outra, e as paixões dos indivíduos envolvidos no processo estavam menos volúveis à

primazia do domínio econômico em face ao futebol como desporto e manifestação sócio cultural.

A adesão do poder público das localidades que entram em uma disputa velada, ao estilo de uma “guerra fiscal” para sustentar a transferência de um time, uma cidade que seja mais atrativa do ponto de vista do desenvolvimento econômico, aliada à entresselas políticos alegados por parte dos diretores de clubes na antiga localidade, se constituem como os fatores determinantes para a mudança de localidade das equipes de futebol no Brasil.

O torcedor é o maior patrimônio do clube, segundo os estudos, sendo tal abordagem reconhecida pela resolução RDP 08/2011 da CBF, sendo que esta o tem como fator primordial para alavancagem de recursos em face da nova realidade de mercado imposta ao futebol e aos clubes.

Ao perder essa identidade, “clube e localidade”, e a perdurar a lógica de mercado, o time que se transfere poderá caminhar para o fracasso, caso não consigam reconstruir rapidamente uma nova identidade junto aos torcedores da cidade para onde o time vai se estabelecer, ainda que essas mudanças se apresentem como uma nova tendência e exigência de funcionamento do negócio futebol, e que vai ao encontro principalmente dos interesses das equipes de médio porte na sua busca por se estabelecer como um clube de referência.

Algumas equipes citadas no trabalho já realizaram o retorno às antigas sedes, sendo que as motivações para esse retorno se tornam objeto para outra investigação, a respeito de quais fatores teriam sido decisivos para que esse retorno viesse a ocorrer.

REFERÊNCIAS

AMERICA.F.C 2013. Link: <http://mauvictor.objectis.net/menu%20principal/o-clube/historia> acessado em 04/06/2013 às 12H04min.

BITENCOURT, F.G. Simmel e o futebol: da comunidade de afeto a equivalência abstrata do dinheiro. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, Número 2, p. 573-588, Outubro de 2009.

ESPORTE, TVB. SP. R. Link: <http://www.tvb.com.br/SEM+APOIO,CAMPINAS+SE+TRANSFORMA+NO+NOVO+SPORT+CLUBE+BARUERI/1.1,496> acessado em 04/06/2013 12h42min.

FARAH, J. Link: <http://cacellain.com.br/blog/?p=2593> acessado em 03/06/2013 12h13min.

GURGEL, A. Futebol S/A: A Economia em Campo. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

LEONCINI, M.P.; SILVA, M.T. Entendendo O Futebol Como Um Negócio: Um Estudo exploratório. Gestão e Produção, v.12, n.1, p.11-23, jan.-abr. 2005

LIMA, M. *Presidente Prudente já comemora chegada do "ex-Barueri"* Link: <http://www.paginazero.com.br/site/esportes/924-presidente-prudente-ja-comemora-chegada-do-ex-barueri.html> Acessado em: 10/07/2013 13h18min.

MORAES, R. Diretor do Time de Futebol do Boa Esporte Clube. Entrevista aberta. Anotações. Fevereiro de 2012.

MARANHÃO, T. «Apolíneos e dionísíacos» — o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do «povo brasileiro». Análise Social, vol. XLI (179), 2006, 435-450

MATTOS, W. *Como quem troca de Camisa.* Link: www.tribunademinas.com.br/esporte/como-quem-troca-de-camisa-1.1196190 Acessado em 12/06/2013

MOURÃO, P.R. A importância do desenvolvimento regional na localização de equipas de futebol profissionais. O caso português 1970-1999. Universidade do Minho – Portugal 2004.

PERRUCCI, F. F. **Clube-empresa:** O modelo brasileiro para transformação dos clubes de futebol em sociedades empresariais. 2006, 287 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, MG, 2006.

PIRES, G.L. Breve Introdução Ao Estudo Dos Processos De Apropriação Social Do Fenômeno Esporte. Revista Da Educação Física/Uem 9(1):25-34, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Lei 7.159/2010. Dispõe sobre o uso e exploração publicitária do Estádio Municipal Eduardo José Farah, "Prudentão"... Presidente Prudente/SP – 2010. Disponível em http://www.prudentepudente.sp.gov.br/site/leis_decretos.xhtml

RASPAUD, M. Logique sportive *versus* logique d'entreprise? **Les Cahiers Du Journalisme**, n. 11, dic. 2002.

RIBEIRO, L.C. Política, futebol e as invenções do Brasil. *Revista de História Regional* 17(2): 347-377, 2012

SANTOS, T. S. Gestão dos clubes de futebol no Brasil: críticas e reflexões. **Revista Digital**, Buenos aires, v. 16, n. 159, Ago. 2011.

TEIXEIRA, R. Resolução da Presidência. RDP - 08/2011. CBF. RJ.

VARGINHA. Convênio nº 006/2011. 13 de jan. 2011.

VARGINHA: Órgão Oficial do Município, Varginha, MG, v. 12, n. 772, 31 jan. 2012. Disponível em: <Varginha.mg.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Capítulo 2.

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO TORCEDOR EM ESTÁDIOS DE FUTEBOL²

O futebol é o esporte mais praticado no Brasil (DaCosta, 2006). O Brasil é uma referência mundial no futebol pela habilidade dos jogadores, que apresentam um futebol atrevido, rápido e de dribles desconcertantes. Através do futebol, a sociedade brasileira encontrou uma forma de expressão e cidadania, extravasando as características emocionais e sociais (DAOLIO, 1998). Segundo Helal (1990), o futebol atrai milhões de pessoas e promove a integração do país por meio da prática ou da torcida, sem considerar distinções por cor, raça ou condição financeira.

A difusão do futebol no Brasil pode ser devido à facilidade da compreensão de regras e a praticidade do esporte, como o local da prática (rua, areia, campo) e o material utilizado (uma bola de meia, plástico, papel, latinha, tampa) (DAOLIO, 1998).

Até a década de 1990, o destaque e reconhecimento de atletas e clubes de futebol no Brasil não foram acompanhados pela evolução na administração esportiva, segurança do espectador, e existência de leis para torcedores, jogadores e clubes. No início dos anos 1990, surgiu uma crise no futebol brasileiro que provocou a necessidade de reorganizar a estrutura da modalidade por meio de legislações (PRESTES, 2010). Tais necessidades foram fundamentais na criação de leis como a Lei Zico (BRASIL, 1993B), Lei Pelé (BRASIL, 1998C) e do Estatuto de Defesa do Torcedor (BRASIL, 2010A) (PRESTES, 2010).

² Fillipe Soares Romano, Thiago Toshi Teruya e Luis Mochizuki.
E-mail para contato: fillipe.romano@gmail.com

Os acidentes que envolveram centenas de torcedores em jogos de futebol profissional e amador e a necessidade de assegurar as mínimas garantias para os espectadores de um espetáculo esportivo ou cultural tornaram-se argumentos para a pressão pública, de organizações não governamentais e do próprio poder legislativo para reorganizar e garantir a segurança de torcedores. Em 2003, foi sancionada a lei nº 10.671, denominada Estatuto do Torcedor (BRASIL, 2010A), com o principal objetivo de proteger e defender o torcedor. Essa Lei foi atualizada pela Lei nº 12.299 de 27 de julho de 2010 (GOMES et al. 2010).

Com a aproximação da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, surge a oportunidade para investimentos de comunicação, patrocinadores, adaptação da organização e cadeia produtiva vinculada ao futebol nos padrões da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*). Assim, como é o cumprimento do Estatuto do Torcedor em jogos da série A, B e C no Campeonato Brasileiro 2011. Para responder a essas questões, o objetivo deste estudo é verificar se o Estatuto do Torcedor é cumprido nos estádios de futebol. Em específico, verificar se as normas relacionadas ao transporte, ingressos, transparência na organização, higiene, alimentação e segurança dos torcedores partícipes dos eventos esportivos estão sendo adequadamente cumpridas. Essas normas estão associadas aos artigos 5, 7, 13, 16, 20 a 22, 24, 26 a 29 do Estatuto do Torcedor.

Foram realizadas visitas técnicas a um conjunto de estádios de futebol da região metropolitana de São Paulo pertencente às séries A, B e C do Campeonato Brasileiro 2011 para observar se itens do Estatuto do Torcedor foram cumpridos. Para

obtenção dos dados, foi criado um questionário, onde foram considerados os artigos 5³, 7, 13⁴, 16⁵, 20⁶, 21, 22, 24, 26⁷, 27, 28 e 29.

As questões usadas neste estudo para verificar o atendimento dos Artigos selecionados deste trabalho estão apresentadas a seguir:

1. A relação de torcedores impedidos de comparecer ao estádio está fixa de forma ostensiva nas entradas do evento?
2. A escalação dos árbitros da partida está fixada ostensivamente, de maneira legível nas entradas do evento?
3. Durante a Partida, houve divulgação, por meio dos serviços de som e imagem, da renda obtida pelo pagamento de ingressos, assim como o número de torcedores pagantes e não pagantes?
4. Há acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou mobilidade reduzida?
5. Há problemas de ingressos falsificados?
6. Há problemas em consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança?
7. Há ação de cambistas fora dos estádios?
8. Existiu durante a partida a invasão de torcedores à área restrita dos competidores? E arremesso de algum objeto?
9. Há incitação e/ou prática de atos violentos dentro e/ou fora do estádio?

³ Apenas o parágrafo 2º

⁴ Apenas o parágrafo Único

⁵ Apenas os Incisos III e IV

⁶ Apenas o parágrafo 3º

⁷ Desconsiderado o Inciso III

10. Existe a disponibilidade de um médico e dois enfermeiros-padrão para cada 10.000 torcedores como indica o inciso III do Artigo 16? Há uma ambulância conforme inciso IV do mesmo artigo?

11. Há indicação da contratação do seguro de acidentes pessoais para o torcedor que ingressou ao estádio? Os Ingressos são numerados?

12. Há fornecimento do comprovante de pagamento, após a aquisição do ingresso? Foi exigida a devolução?

13. Há local para os torcedores estacionarem seus veículos? De fácil acesso? Existe transporte para o estádio do estacionamento?

14. Há meio de transporte adequado para transporte de crianças, idosos e “pessoas portadoras de deficiência física” aos estádios?

15. As instalações físicas, bem como os alimentos vendidos nos estádios apresentam boas condições (aparentes) de higiene?

16. Os preços dos produtos vendidos no estádio estão de acordo com a tabela de preços identificada fora do estádio?

17. Os sanitários estão em boas condições de limpeza e conservação?

A visita teve início duas horas antes do início do jogo e terminou 45 minutos após a partida. Os setores avaliados foram às arquibancadas do estádio com a torcida local, exceto os jogos no Pacaembu, Canindé e Vila Belmiro. Os estádios e jogos visitados foram:

- **Anacleto Campanella** (Estádio Municipal Anacleto Campanella): 8/06/11, 21h. Associação Desportiva São Caetano 1x1 Associação Atlética Ponte Preta, Série B;
- **Canindé** (Estádio Doutor Osvaldo Teixeira Duarte) 14/06/11, 19h30min. Associação Portuguesa Desportos 3x2 Guarani Futebol Clube, Série B;

- **Pacaembu** (Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho): 26/06/11, 16h. Sport Clube Corinthians Paulista 5x0 São Paulo Futebol Clube, Série A;
- **Arena Barueri** (Ex- Doutor Orlando Batista Novelli): 2/07/11, 16h20min. Grêmio Recreativo Barueri 1x0 Esporte Clube Vitória, Série B;
- **Majestoso** (Estádio Moisés Lucarelli): 16/07/11, 16h20min. Associação Atlética Ponte Preta 2x0 Guarani Futebol Clube, Série B;
- **Bruno José Daniel**: 17/07/11, 15h. Esporte Clube Santo André 2x3 Grêmio Esportivo Brasil, Série C;
- **Morumbi** (Estádio Cícero Pompeu de Toledo): 23/07/11, 18h30min. São Paulo Futebol Clube 2x2 Atlético Clube Goianiense, válido pela Série A;
- **Vila Belmiro** (Estádio Urbano Caldeira): 27/07/11, 21h45min. Santos Futebol Clube 4x5 Clube de Regatas Flamengo, válido pela Série A.

RESULTADOS

Os resultados foram divididos em categorias (Tabela 1) relacionando a porcentagem de Artigos cumpridos nos oito estádios visitados. Dos 12 artigos do Estatuto do Torcedor, apenas três (25%) foram completamente cumpridos. Seis artigos não foram cumpridos ou pouco cumpridos. Cinco artigos foram na maior parte ou completamente cumpridos.

Tabela 1 - Quantidade (valores relativos) de artigos do Estatuto do Torcedor que foram cumpridos, maior parte cumpridos, cumpridos parcialmente, pouco cumpridos e não cumpridos nos estádios de futebol.

Nível de cumprimento	Artigos do Estatuto do Torcedor
Não Cumpridos (0%)	20º e 26º
Pouco Cumprido (1% - 35%)	13º (13%), 27º (13%), 28º (25%) e 29º (25%)
Cumprido Parcialmente (36%-70%)	22º (63%)
Maior Parte Cumprido (71%-99%)	5º (75%) e 7º (75%)
Completamente Cumprido (100%)	16º, 21º e 24º

Na tabela 2, está apresentada a quantidade de artigos cumpridos por estádio de futebol visitado. Em nenhum estádio foi observado o cumprimento completo dos artigos selecionados. Em quatro estádios, o cumprimento dos artigos foi menor que 50%; enquanto que em apenas dois estádios, o cumprimento foi superior a 50%.

Tabela 2 – Quantidade de artigos cumpridos por cada estádio.

Estádio	Quantidade de artigos cumpridos
Anacleto Campanella	50% (Cumprido Parcialmente)
Canindé	42% (Cumprido Parcialmente)
Pacaembu	34% (Pouco Cumprido)
Arena Barueri	67% (Cumprido Parcialmente)
Moises Lucarelli	50% (Cumprido Parcialmente)
Bruno José Daniel	42% (Cumprido Parcialmente)
Morumbi	67% (Cumprido Parcialmente)
Vila Belmiro	42% (Cumprido Parcialmente)

Os artigos 16º, 21º e 24º foram completamente cumpridos em todos os estádios visitados (100%). O artigo 16º Parágrafo Único que trata da disponibilidade de um médico, dois enfermeiros-padrão e uma ambulância para cada dez mil torcedores (BRASIL, 2010) está vinculado, principalmente, a preocupação com a segurança dos torcedores e jogadores. Os casos de falecimento de jogadores e acidentes com torcedores, como uma morte súbita de jogador de futebol em uma partida do Campeonato Brasileiro de 2007⁸, queda de arquibancada nos estádios da Fonte Nova⁹ e de São Januário¹⁰ aumentaram a exigência dos órgãos organizadores da competição. O Artigo 21º, que trata sobre os sistemas contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para evasão de receita nos estádios (BRASIL, 2010A), e o artigo 24º, que trata sobre o preço dos ingressos igualitários para um mesmo setor do estádio (BRASIL, 2010A), estão ligados às receitas dos clubes. Da mesma forma quem em Nicácio et al. (2009), os ingressos eram numerados, com sistema de segurança contra falsificações e existiam catracas eletrônicas na entrada e nas bilheterias.

O artigo 5º Parágrafo 2º (publicação de forma ostensiva em todas as entradas do local do estádio contendo à escalação dos árbitros imediatamente após sua definição e a relação dos torcedores impedidos de comparecer ao local, BRASIL, 2010A) foi cumprido em sua maior parte (75%) dos estádios visitados; porém, nos estádios do Pacaembu e Vila Belmiro o item foi descumprido, devido a não fixação nas entradas dos visitantes. Por outro lado, Nicácio et al. (2009) verificaram que apenas uma das trinta e três partidas pesquisadas apresentavam divulgação das informações.

O artigo 7º (direito do torcedor a divulgação, durante a partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes/não

⁸ <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2004/10/27/ult59u88470.jhtm>

⁹ <http://oglobo.globo.com/esportes/brasileiro2007/mat/2007/11/26/327317208.asp>

¹⁰ <http://www.netvasco.com.br/especial/especial08/>

pagantes por intermédio dos serviços de som e imagem do estádio, BRASIL, 2010A) também foi cumprido em sua maior parte; porém, nos estádios do Bruno José Daniel e Moises Lucarelli foi descumprido. Parte das arquibancadas do Estádio do Bruno José Daniel foi demolida e o seu sistema de som, aparentemente, foi movido; entretanto, a intensidade do som era muito baixa, o que atrapalhava a compreensão das mensagens anunciadas. Desta forma, não foi cumprida a divulgação das informações em alto e bom som para todos os espectadores. No estádio Moises Lucarelli, não houve anúncio porque aconteceram eventos durante o intervalo entre o primeiro e o segundo tempo do jogo que provocaram uma reação violenta de torcedores¹¹. Knuth et al. (2006) ao visitar três estádios do Rio Grande do Sul, não encontrou sistema de som ou placar eletrônico.

O Artigo 22º (numeração dos ingressos e a ocupação do local correspondente ao número constante no ingresso, BRASIL, 2010A) foi parcialmente cumprido. Nos estádios do Canindé, Pacaembu e Bruno José Daniel esse artigo foi descumprido. Nesses três estádios, o inciso I (numeração dos ingressos) foi cumprido e o inciso II (ocupação do local correspondente ao ingresso) não foi cumprido porque não havia numeração dos assentos. As arquibancadas do Estádio Bruno José Daniel e Canindé não tinham numeração e, no Pacaembu, o espaço da torcida visitante não estava numerada. Curi et al. (2008) também não encontraram a numeração das cadeiras.

O Artigo 28º (higiene e qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local, BRASIL, 2010A) foi pouco cumprido. Somente o estádio do Morumbi e Arena Barueri cumpriram o estatuto. Além da aparência do alimento, foi considerada o vestuário dos vendedores, manipulação e utilização de materiais higiênicos e, os estádios Anacleto Campanella, Canindé, Pacaembu, Moises

¹¹ <http://www.suasnoticias.com.br/materia.asp?idmt=14304&idnot=3>

Lucarelli, Bruno José Daniel e Vila Belmiro descumpriram o artigo citado. Knuth et al. (2006) e Reis (2010) notaram os mesmos tipos de problema.

Ainda sobre a higiene, o artigo 29º (direitos dos torcedores a utilização dos sanitários em número compatível com a capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento, BRASIL, 2010A) foi pouco cumprido. Apenas o estádio da Arena Barueri cumpriu esse item. Foram avaliados os banheiros masculinos, adaptação para portadores de necessidades especiais, presença de utensílios de higiene pessoal, recipiente de descarte de material higiênico e água para os indivíduos lavarem as mãos. Os estádios Vila Belmiro, Bruno José Daniel, Morumbi e Canindé apresentaram materiais para higiene pessoal, local para descarte do mesmo, porém nos quatro estádios havia racionamento de água para os sanitários e aparência higiênica precária. Nos estádios do Pacaembu e Moises Lucarelli, os banheiros localizam-se embaixo das arquibancadas do estádio e não havia sanitários com cabines, apenas um mictório ao chão, sem materiais de higiene pessoal. Reis (2010) constatou as péssimas condições e número reduzido de banheiros em estádios de futebol no Brasil.

O Artigo 27º trata sobre a organização da competição e a entidade solicitar formalmente ao Poder Público: I- serviços de estacionamento para uso dos torcedores, assegurando transporte para o estádio e, II- meio de transporte para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso (BRASIL, 2010A). Avaliamos a saída da estação da Luz de metrô, no centro da cidade de São Paulo, pelo fácil acesso as linhas de trem, metrô e terminal urbano, além da distância da parada mais próxima até a chegada ao estádio. Para avaliar o inciso I, utilizamos a distância do estacionamento até o estádio. Apenas o estádio Bruno José Daniel cumpriu o item do Estatuto do Torcedor, com transporte público com ligação do modal ferroviário ao terminal urbano moderno e adaptado, ponto praticamente em frente à portaria do estádio e utiliza estacionamentos particulares ao redor do estádio,

além de ruas residenciais próximas ao estádio. Os outros estádios descumpriram as determinações do Estatuto do Torcedor.

O Artigo 13º Parágrafo Único assegura a acessibilidade ao torcedor portador de necessidades especiais (PNE) ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2010A). Avaliamos a acessibilidade ao estádio por meio de rampas para cadeirantes, sanitários adaptados, serviços de apoio e, principalmente, visibilidade do campo. Esses itens foram cumpridos apenas no estádio do Morumbi. As arquibancadas desse estádio ficam no setor mais alto do estádio, o que facilita a visão de cadeirantes e PNE. Os estádios do Pacaembu, Moises Lucarelli e Anacleto Campanella possuem entrada adaptada para os cadeirantes e PNE em suas arquibancadas principais; porém, a visão de jogo é em nível do gramado, o que não possibilitou aos cadeirantes visualizarem o campo de jogo. Nos estádios do Canindé, Arena Barueri, Bruno José Daniel e Vila Belmiro é preciso usar escadas para acesso às arquibancadas principais do estádio, apesar dos corrimões nas escadas, há dificuldade, por exemplo, cadeirantes que precisam de rampas para acesso às arquibancadas que possuem visão parecida com a do estádio do Morumbi, em setores acima do nível do gramado. Reis (2010) notou várias dificuldades para o cumprimento dessa determinação, seja de cunho estrutural ou humano.

O Artigo 26º Inciso III (organização das imediações do estádio, bem como entrada e saída viabilizando o acesso, e aos meios de transporte, BRASIL, 2010A) não foi cumprido. Todos os estádios possuem apenas uma saída para torcida adversária. Essa medida pode ser benéfica apenas para a polícia controlar o fluxo de pessoas, pois para os torcedores é visivelmente desconfortável.

O artigo 20 Parágrafo 3º (é assegurado ao torcedor partícipe o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos, BRASIL, 2010A) foi descumprido nos estádios visitados. Ao indagar os funcionários responsáveis pela venda, os mesmos informavam não saber da existência de comprovante que não fosse

o próprio ingresso, ao insistir por algum tipo de comprovante. O Estatuto do Consumidor prevê a emissão de nota fiscal de todo produto adquirido (Lei nº 8.846 de 21 de janeiro de 1994) para proteger o usuário de falsificações.

Nenhum Estádio de futebol, nos jogos visitados, cumpriu todos os itens avaliados do Estatuto do Torcedor.

Em todos os estádios, houve ao menos três artigos do Estatuto do Torcedor descumpridos, o fato de haver, ao menos, um artigo não cumprido sugere o descuido relacionado aos torcedores que participam dos eventos esportivos.

Em nenhum estádio havia o comprovante de compra nos postos oficiais e não havia informação sobre o número de entradas/saídas para torcida visitante.

Relacionando os artigos de transporte ao evento e banheiros adaptados com Acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais não foi cumprido em nenhum dos estádios visitados, ferindo as recomendações atuais sobre acessibilidade.

Há necessidade de órgãos fiscalizadores dos serviços prestados aos torcedores, como transporte público para os estádios, controle de qualidade e higiene dos alimentos vendidos no estádio, quantidade de entradas/saídas que não causem desconforto para os espectadores

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antônio Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luis; FERREIRA, Ricardo Pellison. **Futebol e Ferrovia: a história de um trem da industrialização que parte para o noroeste paulista**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.24, n.2, p.249-58, abr./jun. 2010;
- BRASIL A. **Lei nº 12.299**, de 27 de julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 jul. 2010;
- BRASIL B, **Lei nº 8.672**. Lei Zico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. julho de 1993.

BRASIL C, Lei Pelé, **Lei nº 9.615**. Lei Pelé, Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. março de 1998.

CAMPOS, Priscila A. Ferreira *et al.* **As determinações do estatuto de defesa do torcedor sobre a questão da violência: A segurança do torcedor de futebol na apreciação do espetáculo esportivo**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 1, p. 9-24, set. 2008;

CURI, Martin *et al.* **Observatório do Torcedor: O estatuto**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v.30, n1, p.25-40. Campinas: Ed.Autores Associados, set.2008;

DACOSTA, LAMARTINE (ORG.). **Atlas do Esporte No Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006;

DA SILVA, Mauricio Roberto & PIRES, Giovani de Lorenzi. **Do Pan Rio/2007 à Copa 2014 no Brasil. Que Brasil? E para qual Brasil?** Revista Motrivivência Florianópolis, Ano XVIII, Nº 27, P. 09-17, 2007.

DAOLIO, Jocimar. **AS CONTRADIÇÕES DO FUTEBOL BRASILEIRO**. Lecturas: Educación Física y Deportes. Año3, Nº 10. Buenos Aires, 1998;

GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista; DE OLIVEIRA, Gustavo Vieira. **Estatuto do Torcedor Comentado**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011;

HELAL, Ronaldo. & GORDON, Cesar. **A Crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI**. *In* Revista ECO-PÓS-UFRJ v.5 – n.1, 2002 pp. 37-55;

HELAL, Ronaldo. **Futebol, Cultura e Cidade**. Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil. Editora Vozes, 1990.

KNUTH, Alan Goularte; JAHNECKA, Luciano; TAVARES, Ricardo Prestes; RIGO, Luis Carlos. **Estatuto de Defesa do Torcedor: Um diálogo com o futebol Pelotense**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Educação Física, UFPEL, Pelotas, 2005.

LIMA, Marco Antunes. **As Origens do Futebol na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo, novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra14/futebol.html>>. Acesso em: 24 de Abril de 2011;

NICÁCIO, Luiz G.; SANTANA, Thiago J. Silva; GOMES, André S.; ABRANTES, Felipe V. P.; DA SILVA, Silvio Ricardo. **Campeonato Brasileiro de 2007: A Relação do torcedor de futebol com o estatuto de defesa do torcedor na cidade de Belo Horizonte (MG)**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 2, p. 25-38, jan. 2009;

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Violência entre torcidas organizadas de futebol.** São Paulo. Perspec. Vol. 14 nº2. São Paulo. Abr./ Jun 2000;

PRESTES, Saulo Esteves de Camargo. **O estatuto de Defesa do Torcedor e suas implicações na relação de oferta e demanda no futebol brasileiro: o caso do Coritiba Foot Ball Club.** Dissertação (Mestrado em Ed.Física). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

REIS, Heloisa Helena Baldy. **O espetáculo futebolístico e o estatuto de defesa do torcedor.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 31, n. 3, p. 111-130, maio 2010;

ROMERA, Liana Abrão & REIS, Heloisa Helena dos. **Uso de álcool, futebol e torcedores jovens.** Revista Motriz, Rio Claro, v.15 n.3 p.541-551, jul./set. 2009;

SEVCENKO, Nicolau. **"Futebol, metrópoles e desastinos"** in: *Revista USP: Dossiê Futebol.* Número 22, 1994, p. 35.

SILVA, S. R. da et. al. **O Estatuto de Defesa do Torcedor e a questão da violência: uma análise sobre a apreciação do lazer a partir dos torcedores de futebol.** Recife: Conbrace, 2007.

SOBRINHO, José Correia & CÉSAR, Iran Hermenegildo. **Torcidas Organizadas de Futebol: Metamorfoses de um fenômeno de massa.** Revista Eletrônica Inter-Legere, Rio Grande do Norte, nº 03, jul/dez 2008;

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas Organizadas de Futebol.** Campinas, SP: Autores Associados/Anpocs, 1996;

Capítulo 3.

VIOLÊNCIA E ARTES MARCIAIS: A INFLUÊNCIA DO PROCESSO CIVILIZADOR NO KUNG FU¹²

O Brasil tem uma cultura característica, onde busca difundir esportes coletivos competitivos como o futebol e o voleibol, no entanto, ele se mostra resistente quando a questão são esportes de luta, sendo este um grande instrumento de socialização, essencial para o desenvolvimento do indivíduo e tema central deste artigo.

A palavra luta vem do latim "lucta" e quer dizer "*combate, com ou sem armas, entre pessoas ou grupos; disputa*", a palavra arte significa "*conjunto de preceitos ou regras para bem dizer ou fazer qualquer coisa*", e a palavra marcial é remetida a "*Marte o deus da guerra, referente à militares ou guerreiros*" (FERREIRA, 1999).

Segundo Drigo (2006) as artes marciais podem ser caracterizadas como lutas por ser uma atividade corporal que envolve ataque e defesa. Um artista marcial segue uma filosofia de vida, diferenciando-o, por exemplo, dos lutadores de boxe.

As artes marciais são um conjunto de valores virtuosos, permeado por moralidade e religiosidade (BARREIRA, 2002).

O Kung Fu faz parte da grande herança cultural do povo chinês e sua origem pode ser encontrada na pré-história, onde nossos ancestrais lutavam contra animais e outros homens com a finalidade de garantir sua sobrevivência (Ji,1986). Com isso, os guerreiros compreenderam a importância de melhorar a capacidade física e as habilidades de combate, além de possuírem boas armas, com treinamento de alta intensidade em tempos de paz. O treinamento propiciou o surgimento de inúmeras artes

¹² Simone Cassoli (Bacharel em Ciências da Atividade Física da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP) e Marco Antonio Bettine de Almeida (Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP).

marciais com o decorrer do tempo, incluindo o Kung Fu, que é conhecido pela inspiração dos movimentos dos animais e do bem-estar com a saúde e defesa pessoal.

Por ter nascido na China, às artes marciais são conhecidas por *Wu Shu*, que por sua vez, foram chamadas de *Bu Shi* no Japão. Dessa forma, o mesmo ideograma representa Arte Marcial em ambos os países. O que mostra a figura 01.



Figura 01. Ideograma “Wu” (chinês) ou “Bu” (japonês), que significa “marcial”, representa a idéia de “parar a violência”⁸.

Segundo Minick (1975), o Kung Fu é conhecido pela observação e inspirado nos movimentos dos animais.

O Kung Fu/Wu Shu carrega três importantes linhas de pensamento, a primeira é o confucionismo, a segunda é o taoísmo e a terceira e mais conhecida é o budismo, que continuam presentes em diversos países. As duas primeiras linhas pregam fundamentalmente o equilíbrio entre tudo que existe no Universo por meio da contemplação do *Tao* que significa caminho, e do equilíbrio dinâmico entre as forças como Yin e Yang nas manifestações da natureza, como mostra a figura 02. Segundo Lima (2000, p.125), surgiram escolas internas ou taoístas de Kung Fu que tem como principal característica o desenvolvimento do Chí que significa Energia Vital Humana, adquirida por intermédio de exercícios de respiração e meditação, o que leva o fortalecimento natural dos órgãos internos, ossos e músculos do corpo visando longevidade e o desenvolvimento do “interior para o exterior”.



Figura 02. T'ai C'hi Tu: símbolo formado pelas forças complementares Yin (preto) e Yang (branco)

Foi com o 28º sucessor de Buda (Bodhidharma) que o mosteiro Shaolin da província de Honan, recebeu uma grande bagagem cultural indiana. Os monges de Shaolin aprenderam a religião budista, práticas de ioga e técnicas de luta indiana denominada *Vajramushti*. Partindo-se desse pressuposto, surgiu o Kung Fu produzido por estilos externos, duros ou budistas, que segue “um caminho de desenvolvimento do Exterior para o Interior” (LIMA, 2000, p. 125).

De acordo com Lima (2000), atualmente estão catalogados na China mais de 360 estilos diferentes de Kung Fu/Wu Shu com características taoístas, budistas, estilo do norte, estilo do sul e estilos mistos, considerados estilos tradicionais.

Segundo Ortega (1997), o Kung Fu deve ser visto como atividade esportiva sistematizada e com regras próprias, medidas que permitem a organização de torneios e campeonatos. As competições são caracterizadas em três categorias, formas ou rotinas (*Kati*), Lutas combinadas (*Toi Chat*) e os Combates (*Kuoshu e Sanshou*).

No entanto, o termo Kung Fu não possui uma tradução correta no ocidente, pois se trata de uma forma interpretativa do termo cantonês “Gong Fu” que tem significado conotativo “Tempo de Habilidade”, “Trabalho Duro ou Árduo”, “Habilidade em Executar Alguma Coisa” (LIMA, 2000, p.109), essas expressões não definem uma arte marcial em si, mas designa tempo e energia gastos no desenvolvimento de certa habilidade fundamentada na arte, mas não necessariamente arte marcial, ou seja, um

indivíduo Kungfuísta pode ter habilidades como pintura, musica, dança, poemas, e claro, artes marciais.

PROCESSO CIVILIZADOR E VIOLÊNCIA

Segundo Brasil (1998), os aspectos histórico-sociais das lutas do ponto de vista do PCN relatam a “compreensão do ato de lutar: por que lutar, com quem lutar, contra quem ou contra o que lutar”.

Norbert Elias ao apresentar o Processo Civilizador nos traz um entendimento sobre as transformações que ocorreram com as artes marciais, devido às mudanças ocorridas na sociedade que foram influenciadas com a função e aplicação das artes marciais (ELIAS, 1990).

A violência é uma das grandes preocupações da sociedade por estar sempre presente no campo da política, da economia, da moral, do Direito, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994).

A violência deve ser analisada em rede:

Suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência dos indivíduos e grupos tem que ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos com a da ordem. (Domenach (1981).

Em outras palavras, a violência faz parte da humanidade, se mostrando de forma peculiar em sociedades específicas, trazendo inúmeros questionamentos.

A seguir, será mostrada uma reflexão científica sobre três tópicos da violência:

A primeira é a Violência Estrutural que oferece um “marco” à violência do comportamento, se aplicando as estruturas organizadas e da família, sistemas econômicos, políticos e culturais conduzindo à opressão de diversos grupos onde as conquistas da sociedade são negadas o que os torna mais vulneráveis. As práticas de socialização são influenciadas por essas estruturas (BOULDING, 1981), o que leva indivíduos a aceitarem ou no infligirem sofrimentos, de acordo com o que é lhe correspondido de forma natural.

A segunda é a Violência de Resistência que ao contrário da violência estrutural, esta geralmente não é “naturalizada” e sim objeto de contestação e repressão por parte dos detentores do poder político, econômico e cultural. Segundo Denisov (1986), a violência e a justiça vêm de encontro a uma complexa unidade dialética, que pode pisotear rebater ou defender a justiça.

A terceira é a Violência da Delinquência que trata das ações cometidas socialmente reconhecidas fora das leis. Esta por sua vez, passa pela violência estrutural que confronta indivíduos, corrompe e impulsiona ao delito. O que mais contribui com a expansão da delinquência é a delinquência, a alienação do trabalho, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o machismo e por fim o culto a força (MINAYO, 1994).

Outro ponto importante no processo da civilização é o autocontrole, segundo Elias (1980) onde ocorre uma mudança na balança entre controle externo e autocontrole, favorecendo o último.

Os autores Adorno (1993 e 1995), Oliveira (1995), Paixão (1991), Tavares (1998) e Zaluar (1994), definem violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro, Zaluar também define como ausência de compaixão, e Tavares como a palavra emparedada ou o excesso de poder, já para Brant (1989), Caldeira (1991) e Kowarick e Ant (1981) a violência é vista como negação da dignidade humana. Como

podemos observar, há pouco ou nenhum espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo (ZALUAR, 2001).

De acordo com as ideias de Foucault, a violência não se resume a atos de agressão física, com o avanço do processo de civilização entre os séculos XVI e XVIII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo-se os enfrentamentos corporais por lutas simbólicas. Dessa forma, a violência simbólica supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação (CHARTIER, 1995).

Para Bourdieu (1989), a violência exercida pelo poder das palavras que negam, oprimem ou destrói psicologicamente o outro, é operada pelos mandatários do “Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima”. A violência simbólica seria o:

[...] poder de construção da realidade, que tende a estabelecer [...] o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social), supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989, p. 9).

Para Bourdieu, o símbolo é instrumento de integração social, porque cria a possibilidade de consenso sobre o sentido do mundo e da dominação. Por outro lado, instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento, os símbolos, é exercício da dominação quando os instrumentos da dominação contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (Bourdieu, 1989, p. 11).

De acordo com os autores Soares, D’Araújo e Castro (1994) e Zaverucha (1994), no Brasil, a violência física (e não a simbólica), é comumente empregada para forçar o consenso, defender a ordem social a todo preço. A questão está na forma de

manifestação deste que possibilita ou não o estabelecimento da negociação, na qual se exerce a autonomia do sujeito e se cria novas ideias pela palavra.

A análise deste artigo se refere a compreender a influência do processo civilizador no Kung Fu, para verificar se há evidências de violência associado à prática da arte marcial chinesa.

Existem inúmeros motivos para justificar a violência. Para Elias (1990), à forma de regras sociais cada vez mais complexas e com o objetivo de gerar, nos cidadãos, a ideia de que a responsabilidade de domar os ímpetos e agir de forma 'não passional' é sua.

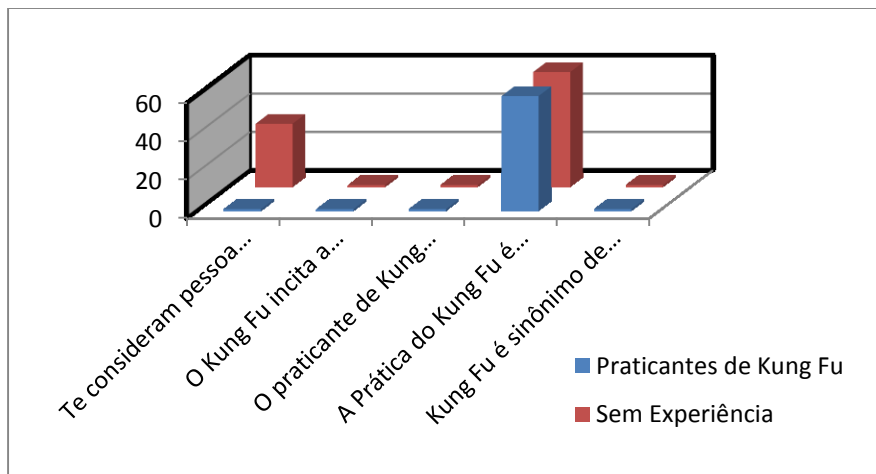
A arte marcial por ser um sistema regrado e organizado, acaba sendo uma representação direta de um processo lento voltado para um controle da violência. Se as artes marciais são cada vez mais regradas, então a violência também é regrada e controlada.

As práticas marciais, de acordo com as ideias de Elias, passaram a abandonar o sistema de tentativa e erro, ou seja, o guerreiro que sobrevive passa adiante suas técnicas, para um momento em que padrões racionais são utilizados para determinar seus pontos principais. Shun (1998) segue a mesma linha, quando afirma o começo do abandono de técnicas fatais, visando à retratação do combate direto em favor da visão pacificadora – civilizadora.

As práticas corporais possuem uma grande tradição, além de uma eficácia dirigida para objetivos específicos. O fato das técnicas orientais estarem no âmbito marcial, é um ponto de suma importância de que antigamente os povos encaravam questões mais profundas quando comparadas com o mundo ocidental (MAUSS, 1974).

As respostas dos três questionários mostraram que os alunos não associam o Kung Fu com a violência. Ao responderem se os colegas os consideram uma pessoa agressiva, 50% das pessoas sem experiências em artes marciais afirmaram que sim, no

entanto 0% dos praticantes de artes marciais afirmou que não. 100% dos grupos acreditam que a prática do Kung Fu é positiva e não é sinônimo de violência.



Ao longo de seis meses foram aplicados três questionários sobre violência e Kung Fu, sendo um no início do semestre, o segundo no meio do semestre e o terceiro ao final do semestre.

Nas três aplicações do questionário, tanto os alunos praticantes da arte marcial Kung Fu quanto os não praticantes, não relacionaram a violência com a prática do Kung Fu.

Os alunos praticantes da arte marcial Kung Fu declararam que com a prática se tornaram menos agressivos, mais atenciosos, calmos, seguros, aumento da concentração, tranquilidade e dificilmente se envolvem numa briga, por entenderem que não há necessidade para isso, tendo em vista o conhecimento técnico e suas possíveis consequências.

Os alunos não praticantes declararam que o Kung Fu não é uma arte marcial violenta e que fariam Kung Fu sem problemas.

Sem dúvida, os novos tempos e as novas demandas da sociedade atual forçaram uma adaptação das artes marciais, sendo o Processo Civilizador um instrumento de suma importância para tal entendimento.

Nota-se que a arte marcial Kung Fu, que é transmitida dentro de valores milenares sob os quais se fundamenta, pode ser instrumento precioso para a construção de um novo homem adaptado a estas novas realidades da sociedade atual. Com isso, o artista marcial segue seu caminho de forma segura, recebendo conhecimento estruturado sobre princípios filosóficos e culturais, que são transmitidos de geração em geração de mestres.

O não praticante do Kung Fu consegue enxergar e entender um pouco da filosofia do Kung Fu, pois nota-se que o artista marcial não é uma pessoa violenta e/ou agressiva, de modo que a arte marcial só lhe proporciona benefícios físicos e mentais.

O praticante do Kung Fu percebe ao longo da prática que os valores que fundamentam sua técnica são aplicáveis a diferentes aspectos da sua vida, o que proporciona uma vida de preservação de valores, preservação a sua vida e seus valores pessoais.

Norbert Elias a partir do Processo Civilizador e do controle das emoções tem as atividades das artes marciais como o centro, o que nos leva a um processo de controle das emoções pela prática das artes marciais (BETTINE, 2009).

À medida que o artista marcial aprende com seu mestre, ele não precisa provar nada para ninguém, independentemente dos argumentos do adversário, de modo que o artista marcial conhece sua imensa força. E jamais lutará com quem não merece a honra de um combate.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio França. (1993), "A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático". *BIB*, Rio de Janeiro, 35, 1º sem.
- ADORNO, Sérgio França. (1995), "A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada". *Sociedade e Estado*, Brasília, 10, 2, jul.-dez: 299-342.
- BARREIRA, Cristiano Roque Antunes. *A Moralidade e a Atitude Mental no karatedo no Pensamento de Gichin Funakoshi On Line*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigos02/barreira/barreira01.htm>.
- BETTINE, M., CORBETT, C., GUTIERREZ, G., "O Processo Civilizatório da Marcialidade e a Figura Feminina". *Movimento & Percepção*, Espírito Santo do Pinhal, SP, pp. 178, v. 10, n. 14, Jan./jun. 2009.
- BOULDING, E., 1981. Las mujeres y la violencia social. In: *La Violencia y sus Causas*. (A. Joxe, org.), pp. 265-279, Paris: Unesco.
- BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 114p.
- BRANT, V. Caldeira. (1989), *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo, Brasiliense.
- CALDEIRA, Teresa P. (1991), "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 30.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica). In *Cadernos Pagu (4)*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p.40-44.
- ELIAS, Norbert. *Cultural and Civilising Processes*. Trabalho apresentado em Amsterdam em 27/02/1980. Mimeo.
- ELIAS, Norbert - *O Processo Civilizador Volume 1: Uma História dos Costumes*, São Paulo: Jorge Zahar, 1990
- DENISOV, V., 1986. *Violencia Social: Ideología y Política*. Moscú: Progreso.
- DOMENACH, J. M., 1981. La violencia. In: *La Violencia y sus Causas* (A. Joxe, org.), pp. 33-45, Paris: Unesco.

- DRIGO, Alexandre Janotta et al. A cultura oriental e o processo de especialização precoce nas artes marciais. *EFDportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires - Año 10 - N° 86 - Julho de 2006. <http://www.efdeportes.com/efd86/artm.htm>
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.
- JJ, B. *Art and Sport – A History of Chinese Wrestling in Pictures*. p.455- 457, 1986.
- KOVARICK, L. e ANT, C. (1981), "Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo", in R. Boschi, *Violência e cidade*, Rio de Janeiro, Zahar.
- LIMA, Luzia Mara Silva. *O tao da educação: a filosofia oriental na escola ocidental*. São Paulo: Ágora, 2000. 220p.
- MAUSS, Marcel – *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Edusp, 1974
- MINAYO, M. C. S. Social Violence from a Public Health Perspective. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994
- MINICK, M. *A Sabedoria do Kung Fu*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.
- OLIVEIRA, Luciano. (1995), *Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no brasil*. Recife, Pindorama.
- ORTEGA, E. M. *Artes Marciais: Kung Fu – Rotinas e Combates: O Papel da Preparação Física*. Campinas. UNICAMP- Faculdade de Educação Física. Monografia de Graduação. No. 817, 1997.
- PAIXÃO, Antônio Luís. (1991), "Segurança privada, direitos humanos e democracia". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 31.
- SOARES, Glaucio A.D., D'ARAÚJO, M.C.S. e CASTRO, C. (1994), *A repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- SHUN, Inoue – The Invention of the Martial Arts: Kanō Jigorō and Kōdōkan Judo in VLASTOS, Stephen *Mirror of Modernity: Invented Traditions of Modern Japan*, Califórnia: University of California Press, 1998
- TAVARES, dos Santos, et al. (1998), "A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola", in Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (org.), *Violência não está com nada*, Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação.

ZALUAR, A. (1999), "Violência e criminalidade: saída para os excluídos ou desafio para a democracia?", in Sérgio Miceli (org.), *O que ler para conhecer o Brasil*, vol. I, São Paulo, Anpocs.

ZALUAR A., LEAL M. "Violência Extra e Intramuros", *RBCS* Vol. 16 nº 45, fevereiro/2001.

ZAVERUCHA, Jorge. (1994), *Rumor de sabres*. São Paulo, Ática.

Capítulo 4.

VIVA SUA PAIXÃO”: OS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 E AS CAPAS DE JORNAIS DO BRASIL, EUA, ESPANHA E JAPÃO¹³

No dia 2 de outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional (COI) reuniu-se em Copenhague, na Dinamarca, para promover a 121ª sessão da entidade. O encontro iria definir a sede dos XXXI Jogos Olímpicos da era moderna. Quatro cidades disputavam a escolha: Chicago (Estados Unidos), Madri (Espanha), Tóquio (Japão) e Rio de Janeiro (Brasil). Após três rodadas de votação, a cidade brasileira foi eleita para sediar oficialmente a Olimpíada em 2016. O Rio de Janeiro já havia participado de outros dois processos seletivos, para sediar os Jogos de 2004 e 2012, mas a cidade fora eliminada pelo COI antes da fase final da votação. Antes disso, a capital do Brasil – Brasília – também havia tentado sediar a Olimpíada de 2000, mas sem sucesso.

Em função desses fracassos anteriores, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) procurou elaborar uma candidatura com mais recursos e investimentos, a fim de aumentar suas chances na disputa. A crise econômica que atingiu os mercados mundiais a partir do segundo semestre de 2008 ditou de certa forma os orçamentos das cidades concorrentes: enquanto Chicago, enfraquecida pela recessão da economia norte-americana, projetou um orçamento de cerca de US\$ 6 bilhões, o COB surpreendeu com um orçamento quase três vezes maior, por volta de US\$ 17 bilhões. Até o slogan do

¹³ José Carlos Marques (UNESP – Bauru).

E-mail para contato: zeca.marques@uol.com.br. Parte deste trabalho foi originalmente apresentada na Seção “Media and Sport” da Conferência de 2010 da IAMCR (International Association for Media and Communication Research), realizada na Universidade do Minho – Braga (Portugal) e publicada em: MARQUES, José Carlos; GURGEL, Anderson; ROCCO JR., Ary; GUERRA, Márcio. (Org.). Comunicação e esporte: reflexões. São Paulo: Intercom, 2012, p. 217-246

comitê organizador brasileiro, “Viva sua paixão”, já apontava para algo que privilegiava mais aspectos emocionais do que racionais.

Neste texto, procuramos analisar como alguns jornais do Brasil, EUA, Espanha e Japão retrataram em suas capas, no dia 3 de outubro de 2009, o fato de a cidade do Rio de Janeiro ter vencido, na véspera, a votação para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. O corpus de análise restringiu-se aos jornais que estamparam em sua primeira página, com destaque, o resultado da votação do COI. Trata-se dos seguintes periódicos:

- Brasil: *O Globo*; *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*; e *Correio Braziliense*.
- Espanha: *El País*; *La Vanguardia*; e *Público*
- EUA: *Chicago Sun-Times*; *Chicago Tribune*; *The New York Times*; e *The Washington Post*.
- Japão: *The Asahi Shimbun*; e *The Japan Times*.

A partir de conceitos advindos das teorias do jornalismo e da análise do discurso, o objetivo deste texto é verificar como esses jornais reconstruíram, no discurso verbal e visual, a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos em 2016. Quais os aspectos foram mais valorizados pelas capas dos jornais: a capacidade de a cidade promover os jogos? A racionalidade da escolha do COI? A desigualdade social, a corrupção e a violência do país? Ou a festa e a paixão típicas do povo brasileiro, intensificando o estigma de o Brasil ser o país do samba e do Carnaval? Optou-se, neste estudo, selecionar jornais generalistas, que compõem a imprensa de referência em seus respectivos países, e não trabalhar com os periódicos esportivos (como o *Lance!*, no Brasil, ou o *Marca*, da Espanha).

ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS

Uma das questões fulcrais da prática jornalística é verificar por que as notícias são como são, ou seja, quais os critérios de noticiabilidade que explicam o aparecimento de alguns fatos e enfoques nas páginas nos jornais, enquanto outros enquadramentos são desprezados ou explorados em menor intensidade. Essa questão tem sido abordada a partir de diferentes abordagens, como por meio das teorias “do espelho”, do “*gatekeeper*” ou “organizacional”. O conceito de “*gatekeeper*” procura explicar quem decide o que é notícia e o que deve ser publicado, enfatizando-se a ação pessoal do redator, editor etc. Surgiu originalmente dos estudos da psicologia e foi transportada para o campo da comunicação por David Manning White na segunda metade do século XX. Segundo o pensador espanhol Lorenzo Gomis:

Quié debate la noticia que oímos y tira a la papelera las restantes? Ese personaje oscuro y influyente es el “*gatekeeper*”. El concepto de “*gatekeeper*” fue acuñado por un psicólogo, Kurt Lewin, que observó que la información circulaba de manera muy irregular. [...] Actúan como “*gatekeepers*” desde el director que escoge la noticia hasta el redactor que decide que aspectos de una vista pública pondrá en su crónica o qué datos incluirá e cuales desechará en un suceso (GOMIS, 1991: 81).

Assim, o jornalista exerceria o trabalho de *gatekeeper*, de porteiro, aquele responsável por “abrir” e “fechar” a porta para os fatos. A partir desta teoria, as notícias que parecem mais interessantes para o jornalista são publicadas; as desinteressantes são esquecidas. Assim, todo jornalista é sempre um *gatekeeper*: além das pautas, ele também escolhe os detalhes que interessam de cada fato. O mesmo Gomis compara o trabalho do *gatekeeper* com as atividades cotidianas que todos nós executamos na vida corrente: não é só o jornalista que seleciona uma notícia para publicar no jornal e manda

outra para a lixeira; professores que montam seus programas de ensino e indicam bibliografias específicas, e bibliotecários que fazem recomendações a alunos também operam níveis de recorte, seleção e escolha (id., ib: 87).

A Teoria do *Gatekeeper* não teve aceitação pacífica no campo da comunicação devido ao fato de justificar as escolhas das notícias a partir de explicações meramente psicológicas. Não se dava a atenção necessária aos aspectos sociais, políticos e culturais que poderiam influenciar a produção das notícias. Mesmo reconhecendo as limitações oferecidas pelo conceito do *gatekeeper*, ele parece-nos ajustado para observar a diferença de enfoque e de recorte que as capas dos jornais selecionadas no corpus desta análise acabam oferecendo aos leitores. Para compensar as deficiências deste aporte teórico, julgamos pertinente recorrer à contribuição que as teorias da análise do discurso emprestam ao campo da lingüística e da comunicação na segunda metade do Século XX. A Análise do Discurso (AD), surgida na França na década de 1960, representava uma tentativa de suprir as insuficiências da análise de conteúdo praticada nas ciências humanas e que se ocupava apenas da projeção de uma realidade extradiscursiva, não levando em conta as articulações lingüísticas e textuais da obra. A Análise do Discurso, por sua vez, preocupou-se logo em fazer uma análise textual, realçando o modo de funcionamento lingüístico-textual dos discursos.

Em sua gênese, a AD de linha francesa originou-se de três práticas notadamente européias: a da tradição filológica; a da explicação de textos como exercício de leitura (comum no aparelho escolar francês); e a do estruturalismo. O pensamento dominante nesse momento é o de Louis Althusser (que procedeu a uma releitura das idéias marxistas), por meio dos estudos de Michel Pêcheux. Este concebe uma nova teoria do discurso que serviria, assim, para dar conta daqueles estudos que procuravam ver, na linguagem, um lugar privilegiado de materialização da ideologia. Esse objeto complexo que é a linguagem passa a ser concebido não apenas em seu

componente lingüístico, mas também em seu componente sócio-ideológico, o qual não era abarcado em sua totalidade pela lingüística saussuriana.

ANÁLISE DO *CORPUS*

Começamos com os jornais norte-americanos, tendo em vista que a cidade de Chicago, nos Estados Unidos, foi a primeira a ser eliminada da disputa, na primeira rodada de votação do COI (a cada rodada, a cidade com menos votos era eliminada, até que se proclamasse a vencedora, o que ocorreu ao fim de três rondas de votação).

O *Chicago Sun-Times* estampou a manchete “Blame it on Rio”, com o subtítulo “Chicago’s olympic hopes knocked out in first round” (em tradução livre, “A culpa está no Rio – esperança olímpica de Chicago é nocauteada na primeira rodada”). A capa do jornal é ocupada, na íntegra, pela expressão de tristeza de um rapaz vestido de camiseta laranja (símbolo da campanha de Chicago), que esfrega os olhos com o dedo como se estivesse contendo as lágrimas; em segundo plano, à direita, vemos o olhar enigmático de uma agente das forças policiais e, à esquerda, a expressão de choro de outra pessoa. Já o *Chicago Tribune* expressa toda a decepção e surpresa dos cidadãos de Chicago com a eliminação da cidade logo na primeira votação do COI. Populares boquiabertos no meio do passeio público, vestidos igualmente com camisetas da campanha olímpica na cor laranja, aparecem incrédulos com a derrota. A manchete “Flameout, com o OUT escrito na cor laranja, poderia ser entendida como “Chama apagada”. Abaixo do título, aparece o texto “Not even the bronze: Chicago's shocking 1st-round exit in vote for 2016 Olympics in Rio's dream realized” (“Nem mesmo o bronze: saída chocante de Chicago na primeira rodada da votação da Olimpíada de 2016 em sonho realizado do Rio de Janeiro”), ilustrado pela fotografia do prefeito de Chicago, Richard Dalley.



O *The Washington Post*, da capital Washington, e o *The New York Times*, de Nova Iorque, certamente por não serem periódicos sediados na cidade de Chicago, fizeram outra opção editorial e preferiram ilustrar suas capas com fotografias da festa brasileira no Rio de Janeiro, após o anúncio da sede oficial da Olimpíada de 2016. O *The Washington* ainda desdenha um pouco da decisão do COI, por meio da manchete “Chicago's not their kind of town” (“Chicago não é o tipo de cidade deles”). Em seguida, a par da vitória da cidade brasileira, destaca-se o fracasso de “diplomacia do presidente dos EUA, Barack Obama: “Rio de Janeiro awarded 2016 Olympics as Obama's endorsement fails to sway IOC” (“Rio de Janeiro é premiado com Jogos Olímpicos de 2016, enquanto endosso de Obama pró-Chicago não consegue balançar COI”). Já o *The New York Times*, a partir de uma fotografia muito semelhante ao do *Washington Post*, prefere um tom menos subjetivo, estampando a manchete “Rio de Janeiro picked to hold 2016 Olympics” (Rio de Janeiro escolhido para realizar Jogos Olímpicos de 2016”),

a (“Chicago’s bid rejected in the first round”) “Candidatura de Chicago é rejeitada na primeira rodada”.



Os jornais de Washington e Nova Iorque, portanto, preferiram destacar a festa brasileira, com imagens em que se destacam o verde e o amarelo da bandeira brasileira, ao contrário dos jornais de Chicago, que optaram por mostrar a decepção dos cidadãos locais. Trata-se, logicamente, de uma opção editorial que leva em conta um critério de noticiabilidade elementar: os jornais dialogam, num primeiro momento, com o leitor que lhe é mais próximo – e os dois periódicos de Chicago têm um alcance menos amplo do que os outros dois jornais – um que é publicado na capital do país, e outro que tem

penetração mundial por ser considerado ainda hoje com uma das referências da atividade jornalística sedimentada no ocidente ao longo de todo o Século XX.

A segunda candidatura a ser eliminada na reunião do COI, na segunda ronda de votação, foi a da cidade japonesa de Tóquio. Por uma limitação idiomática, não nos é possível avaliar as capas dos jornais nipônicos, escritos em japonês. Nesse sentido, optou-se por verificar as capas de jornais japoneses voltados para o público internacional e publicados em inglês. A análise fica comprometida, porém, porque o *The Asahi Shimbun* não trouxe nenhuma referência ao encontro do COI na capa do jornal datado de 3 e 4 de outubro de 2009 (sábado e domingo). Os horários de fechamento do jornal e o fato de o final de semana estar concentrado em apenas uma edição poderiam imaginar que a edição seguinte (5 de outubro – segunda-feira), traria alguma notícia sobre a escolha da sede dos Jogos Olímpicos. Entretanto, isso também não ocorre.



O outro jornal nipônico, o *The Japan Times*, não ignorou o tema e estampou em sua primeira página as “quatro formas” de se correr atrás do sonho olímpico: em sentido horário, representantes da candidatura japonesa estendem uma bandeira com a logomarca da campanha; luzes em Madri refletem a logomarca da candidatura espanhola no edifício Torre Picasso; uma escultura na areia na Praia de Copacabana, no Rio, ilustra a candidatura brasileira; e projeções nas fachadas de edifícios de Chicago mostram a candidatura da cidade. É interessante notar, aqui, que a foto do Rio de Janeiro é a única que se estrutura a partir de uma representação pitoresca, que expressa uma manifestação popular das ruas da cidade. Isso contrasta com a riqueza tecnológica ilustrada nos casos de Madri e Chicago, por exemplo, algo que também traduz o imaginário internacional em torno do Brasil – país de sol, praia e natureza exuberante, mas subdesenvolvido economicamente.

Na última rodada de votação do COI, Rio de Janeiro e Madri disputavam, enfim, a indicação final da entidade que comanda o esporte olímpico em todo o mundo. O anúncio de que o Rio de Janeiro seria a cidade vencedora foi recebido com uma esfuziante reação dos representantes brasileiros presentes em Copenhague (algo que veremos mais à frente). No caso da imprensa espanhola, dois periódicos (*El País* e do *La Vanguardia*) preferiram destacar a presença do presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva e o esforço governamental de solidificar a campanha da cidade do Rio de Janeiro.

Com a manchete “Río rompe el corazón a Madrid”, o jornal espanhol informa que a cidade brasileira se impôs na final com 66 votos a 32 e destaca que Lula havia conquistado para o Brasil os primeiros jogos olímpicos da América Latina. Aqui, percebe-se a valorização de uma questão geopolítica, com o presidente Lula consolando o premiê espanhol, José Luiz Zapatero e com a notícia de que a rápida eliminação de Chicago poderia supor um revés político para Barack Obama (o presidente dos EUA, na reta final, teve participação ativa na campanha promocional da candidatura de Chicago).

Semelhante enfoque foi dado pelo jornal *La Vanguardia*, de Barcelona, estampando em sua manchete que “Lula bate a Madrid” (Lula bate Madri). Repete-se a mesma foto divulgada pelo *El País*, assim como também há o destaque para o fracasso de Obama e da cidade de Chicago, eliminada precocemente:



Enfoque diferente, com uma capa graficamente incomum para o momento, foi dado pelo jornal *Público*, que optou por destacar, sobre um fundo preto, a ficha em branco com o nome da cidade escolhida pelo COI: Rio de Janeiro 2016. O periódico fez coro aos seus congêneres espanhóis, valorizando mais uma vez a questão geopolítica em torno do resultado: após a Manchete “Madrid se cae del Olimpo” (Madri cai do Olimpo), a linha-fina diz que “Lula gana la batalla a Obama y al Rey (Lula ganha a batalha de Obama e do rei – numa referência a Juan Carlos, rei de Espanha).

Com a surpreendente eliminação de Chicago, os representantes da candidatura do Rio de Janeiro demonstravam bastante otimismo em torno das chances brasileiras. A euforia da vitória carioca pautou as capas dos jornais brasileiros, que destacaram por meio de fotografias a festa do povo carioca na Praia de Copacabana, preparada com telões para transmitir a cerimônia do COI. Dois diários paulistas, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, fizeram recortes muito semelhantes, com manchetes praticamente idênticas (“Olimpíada de 2016 será no Rio” e “Olimpíada de 2016 é do Rio”, respectivamente) e igual disposição gráfica: abaixo das imagens da festa no Rio de Janeiro, aparece a mesma foto ilustrando a euforia dos representantes brasileiros na Dinamarca.



Assim como a *Folha de S. Paulo*, também *O Estado de S. Paulo* destaca o custo do evento para o país, o fato de os Jogos Olímpicos serem disputados pela primeira vez numa cidade da América Latina e a vitória sobre as cidades concorrentes. Já o jornal *O Globo*, editado na cidade do Rio de Janeiro, também optou por ecoar a festa e a euforia dos habitantes da cidade, destacando na capa uma fotografia com a comemoração na Praia de Copacabana. Entretanto, o diário permite-se algumas produções de sentido inusitadas: em primeiro lugar, acrescenta os anéis olímpicos, símbolo mundial dos Jogos, à última letra Q do nome do jornal; a manchete – sem verbo – assume um tom profético à medida que proclama que 2016 (ano de realização do evento) já começou; em seguida, lança os desafios e obstáculos que devem ser superados no sentido de dotar a cidade de toda a infra-estrutura necessária para organizar os jogos com qualidade. Por último, temos o *Correio Braziliense*, jornal editado na capital brasileira (Brasília). Em vez de retratar a festa na Praia de Copacabana, como fizeram os outros jornais brasileiros,

destaca-se a imagem do Cristo Redentor (tradicional ponto turístico e símbolo da cidade do Rio de Janeiro), compondo relação inusitada com a manchete “Nosso senhor dos anéis”, numa intertextualidade com o livro *O Senhor dos Anéis* (The Lord of the Rings, no título original em inglês), de autoria do britânico J. Tolkien e sucesso do cinema numa trilogia dirigida por Peter Jackson, e com os anéis olímpicos – símbolos dos Jogos. A referência ao Cristo supõe uma “bênção divina” para o fato de o Rio de Janeiro ter sido escolhido sede da Olimpíada de 2016; e, no interior dos anéis olímpicos, imagens da festa popular, ao lado da presença de um Lula emocionado e um Pelé eufórico, compõem o painel de festa coletiva – algo que só recebe um contraponto com a referência ao custo do evento (R\$29 bilhões de reais).



Conforme foi possível notar nos exemplos selecionados, a leitura de cada capa de jornal implica numa produção de sentido específica, que acaba por criar diferentes

representações da realidade. Assim, o ofício jornalístico procura conectar os diversos objetos da realidade, realizando uma reconstrução discursiva, que não significa necessariamente desfiguração do objeto. A reconstrução jornalística implica sempre num recorte da realidade e numa interpretação subjetiva – daí o fato de as capas dos jornais terem produzido sentidos diversos, a partir de um mesmo fato: o anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Os jornais espanhóis relevaram a participação de Lula, presidente do Brasil, na conquista da cidade do Rio de Janeiro. É como se a escolha do COI significasse também uma importante jogada no tabuleiro político internacional, cenário em que o Brasil ganhou maior projeção na figura do próprio Lula. Os esforços diplomáticos do governo brasileiro em garantir um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU e a presença de Lula em várias cimeiras que congregam países ibéricos e da América Latina explicam o porquê de sua presença nas fotografias e manchetes dos periódicos da Espanha.

Paradoxalmente, o mesmo Lula é figura de pouco destaque nos jornais brasileiros, os quais preferiram retratar a festa da população carioca e os gastos com a organização dos Jogos Olímpicos. Essa espécie de discurso eufórico e ao mesmo tempo disfórico dos jornais brasileiros explica-se pela necessidade de se tratar a notícia com maior profundidade, tendo em vista o debate público realizado no Brasil em torno da candidatura olímpica do Rio de Janeiro. Os jornais norte-americanos editados em Nova Iorque e Washington também destacaram a festa brasileira, mas não há em suas capas uma abordagem mais divergente em torno da decisão do COI. Já os periódicos de Chicago dedicaram-se a expressar a surpresa e decepção dos habitantes da cidade com a derrota precoce de sua candidatura na reunião de Copenhague.

A questão fundamental é compreender o quanto a categoria do mediador (o jornalista, neste caso) tem função decisiva na constituição das relações discursivas: ele organiza as relações, fixa os sentidos e disciplina os conflitos (como preconizado pela

Teoria do *Gatekeeper*). Para podermos dar conta desse mecanismo, portanto, faz-se necessário a compreensão do discurso a partir daquilo que ele não diz: em outras palavras, importa saber o que não se está falando ao se falar de alguma coisa. Todo discurso, dado o caráter heterogêneo da discursividade, carrega em si uma constituição “polemizante”, e seu trabalho é o de manter a estabilidade por meio da redefinição de suas relações com outros discursos. A interdiscursividade instala assim uma relação dialógica (Cf. BAKHTIN) a partir da interpretação e tradução de cada enunciado, tendo em vista um público leitor bem definido e localizado.

Do mesmo modo, a fotografia jornalística, aparentemente ligada à objetividade do relato, freqüentemente torna-se um discurso persuasivo, a partir da construção ambígua do sentido. Assim, vê-se como o texto verbal e o texto pictórico se consubstanciam, em menor ou maior grau, como formas de persuasão. A construção do discurso jornalístico evidencia, assim, as marcas de enunciação que conferem ao enunciado uma dimensão de leitura e interpretação que está além da simples transparência e opacidade do texto. A instância de produção de sentido no jornal dá-se também a partir do fato de que o seu leitor também é visto como consumidor e, por conseguinte, deve ser seduzido a partir da configuração física do jornal (objeto descartável que, pode ser manuseado livremente e que apresenta conteúdos temáticos de fácil localização).

O jornal oferece, portanto, a “ilusão” da facilidade e do detalhamento de informações, compondo um conjunto em que se mesclam objetividade, seriedade e respeito – em suma, é a ilusão de que os fatos seriam relatados sem mediação e com total imparcialidade. Essa imagem de imparcialidade e transparência que o discurso jornalístico imolou-se a si mesmo é facilmente desmontável, já que tudo se define a partir de um complexo jogo discursivo que tem por finalidade, igualmente, fazer

prevalecer o discurso persuasivo. Nesse sentido, tanto a linguagem verbal como a visual compõem e intensificam um duplo plano de expressão.

REFERÊNCIAS

Bakhtin, Mikhail M. Estética da criação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

Brandão, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 7ª ed., Campinas (SP), Editora da Unicamp, s/d.

DUCROT, Oswald. O dizer do dito. Campinas, Pontes, 1987.

Foucault, Michel. A ordem do discurso. 6ª ed., São Paulo, Loyola, 1996.

GOMIS, Lorenzo. Teoría del periodismo. Barcelona: Paidós, 1991.

Orlandi, Eni. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes, 2001.

Pêcheux, M. "Análise automática do discurso", (1969), in GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Unicamp, 1990.

Traquina, Nelson. Teorias do jornalismo. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

Capítulo 5.

HABERMAS E O JOGO¹⁴

Para entender o Jogo no mundo contemporâneo, e sua abrangência, apresentar-se-á uma leitura habermasiana com referência na Teoria da Ação Comunicativa, na interpretação da Sociedade dividida entre Sistemas e Mundo da Vida. Discutindo o processo de complexificação Sistêmica da Sociedade.

A política pública será tema para discutir os problemas sociais, demonstrando que o jogo está vinculado à cultura, portanto, carrega consigo as questões mais sensíveis da sociedade.

O Método de análise parte da ideia de estudar o jogo como fenômeno que acaba por incorporar as várias faces do Mundo da Vida, no sentido habermasiano do termo. O Mundo da Vida é o ambiente da sociabilidade espontânea e construção da comunicação.

Para fins deste texto os jogos tradicionais são uma prática entre sujeitos que foi definida no mundo das relações sociais ou Mundo da Vida. A essência do jogo, a partir de uma visão habermasiana, é ser um interlocutor das formas de vida e integração social, possibilitando a evolução da linguagem, das instituições e a formação da personalidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS

¹⁴ Artigo Publicado originalmente no Livro Jogos Tradicionais. Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida (EACH / USP). E-mail para contato: marcobettine@usp.br

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra.

Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a dominar a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como o Brasil. O terceiro fator, mais diretamente relacionado ao Brasil, é que, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.

Políticas públicas é um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell; H. Simon; C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos agentes públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio:

política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Há 40 anos, Bachrach e Baratz (1962) mostraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública.

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Os debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado.

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (Evans, Rueschmeyer e Skocpol, 1985).

A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. Estes novos formatos, que guiam hoje o desenho das políticas públicas mais recentes, ainda são pouco incorporados nas pesquisas empíricas.

A ênfase na eficiência nasceu da premissa de que as políticas públicas e suas instituições estavam fortemente influenciadas por visões redistributivas ou distributivas, desprezando-se a questão da sua eficiência. As razões para tal reconhecimento estão na crise fiscal e ideológica do Estado, aliadas ao declínio do sonho pluralista.

A racionalidade das políticas públicas, que seria alcançada por novas políticas voltadas, por exemplo, para a desregulamentação, privatização e para reformas no sistema social, as quais, afirma-se, poderiam diminuir os riscos da ação coletiva. O elemento credibilidade das políticas públicas também ganhou importância, ou seja, a prevalência de regras pré-anunciadas seria mais eficiente do que o poder discricionário de políticos e burocratas, contido nas políticas públicas.

A delegação para órgãos “independentes” nacionais, mas também internacionais, passou a ser outro elemento importante no desenho das políticas públicas.

Concorrendo com a influência do “novo gerencialismo público” nas políticas públicas, existe uma tentativa de implementar políticas públicas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais.

a. A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

b. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

c. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

d. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

e. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

f. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Para Habermas, a partir da publicação da “Teoria da Ação Comunicativa” (1987), o Mundo da Vida é o armazém do saber humano, local de desenvolvimento da sociedade e da sua produção simbólica que representa estruturas normativas, subjetivas, objetivas e associativas fundamentais para a consolidação da vida em sociedade.

O Sistema, por sua vez, é formulado pela perspectiva de ganhos sobre o outro, a partir da colonização do Mundo da Vida e incorporação da linguagem voltada para o

uso estratégico. O Sistema para Habermas (1987) é dividido entre Sistema Dinheiro, Mercado, e Sistema Poder, Estado.

Habermas (1990) aponta que a evolução material das sociedades é uma consequência de sua evolução cultural. Ele estuda o desenvolvimento da sociedade por meio da evolução social, tendo como ponto de partida a linguagem, preocupando-se com as formas de interação do homem no mundo.

O Jogo, como objeto da “Teoria da Ação Comunicativa”, será analisado pela linguagem e as formas de interação, bem como pelo processo de complexificação sistêmica.

O Jogo, nos limites deste texto, é pensado como parte do Mundo da Vida, expressando as relações próprias da comunidade, passando por gerações, até se caracterizar por um Sistema (Dinheiro ou Poder) integrado de ações conjuntas, identificadas por sua ideologia, crenças, expressões, formas de ser e estar.

A partir deste referencial de jogo, pode-se percebê-lo em diferentes dimensões, como o jogo praticado no espaço das relações espontâneas (Mundo Vida – Jogo Tradicional); como jogo ensinado na escola e sancionado pelas instituições burocráticas (Sistema Poder – Jogo Pré-desportivo); jogo de massa que reflete um sistema industrial em desenvolvimento e que tem base no fetiche, na mercantilização das relações e no consumo (Sistema Dinheiro – jogos eletrônicos).

Procurando não segmentar a ideia de jogo, trabalhar-se-á a sua relação como definida pela totalidade das tradições, técnicas e instituições derivadas de um sistema histórico, parte integrante e indissociável do saber partilhado por determinada comunidade.

Com o fenômeno de complexificação, apontado por Habermas (1987) nas sociedades industrializadas, os jogos praticado espontaneamente dá espaço para o esporte.

O jogo é uma forma de expressão cultural que nitidamente sofreu com os avanços e transformações da sociedade massificada. Os meios mercantis foram implacáveis aos campos de várzeas e as expressões pedagógicas, eles terminaram por restringir outras formas de expressão, criando em torno de si a reprodução do movimento, o mercado de atletas e a dependência aos meios de comunicação de massa.

Na prática lúdica e do jogo ocorreram os dois processos apontados anteriormente, (a) a mecanização por meio da incorporação da tecnologia e (b) a substituição da busca de uma prática despretensiosa por uma necessidade de consumo, por meio da ideologização, mostrando que o jogo é parte integrante do processo de transformação cultural.

Por exemplo, na perspectiva de análise habermasiana, o jogo, pelo processo de complexificação sistêmica, pode ser percebido subordinando todas as outras expressões em prol do consumo, delimitando os dois campos: Sistema Poder (caracterizado por formas de expressão da pedagogia do movimento) e Mundo da Vida (caracterizado pela sociabilidade espontânea, como os jogos populares, as apropriações do esporte de maneira informal), para constituir-se enquanto campo hegemônico.

O processo de apropriação do Mundo da Vida é complexo e incorpora aspectos como a perda de identidade, o afastamento dos símbolos sagrados coletivos e a destruição de uma moral. Neste sentido, o Mundo da Vida parece viver, desde a constituição da sociedade moderna uma luta diária com a indústria cultural, procurando incorporar a tecnologia e reconvertê-la enquanto instrumento de uma sociabilidade espontânea ou autêntica. No caso do jogo, particularmente, vive-se a dualidade entre as novas tecnologias e a ideologia do consumo, onde o jogo pode ser percebido enquanto espaço de resistência.

O jogo definido aqui não é aquele que permanece inalterado no tempo, mas o que preserva e incentiva a socialização espontânea e a formação coletiva de

identidade do grupo. Esta dimensão parece ser a característica fundamental do Mundo da Vida.

O Jogo interpretado via “Teoria da Ação Comunicativa” seria essencialmente uma relação social. A essência da produção cultural ligada ao jogo é ser mais um interlocutor do Mundo da Vida, servindo para a evolução da linguagem, das instituições e formação da personalidade.

Pode-se afirmar que o jogo surge no mundo da vida por meio da integração entre as pessoas, da busca do jogar, do querer aprender uma técnica e da vontade de competir. A complexificação do jogo dá-se nas sociedades modernas com a (a) institucionalização das modalidades e (b) racionalização dos movimentos.

A análise aqui proposta preocupa-se com as três tendências do jogo via teoria habermasiana, a primeira tendência é a que vê o jogo pelos olhos da cultura – como componente do mundo da vida; a segunda tendência que discute o papel do Estado como grande propulsor dos jogos tradicionais – Sistema Poder; e a última tendência que aponta a função do Mercado como dinamizador das práticas corporais – Sistema Dinheiro.

Portanto, o jogo expressa as três esferas: Mundo da Vida, Sistema Poder e Sistema Dinheiro, estas esferas estão em simbiose e podem ser exemplificadas pela: (a) finalidade que o indivíduo em fazer a atividade (partilhar, divertir, ganhar, sobreviver); (b) os objetivos que está buscando (estética, saúde, trabalho, sociabilidade, prazer, competir); (c) o espaço social que ocorre a atividade (escola, parque, praia, clube); (d) as trocas com outros sujeitos (sociabilidade, vencer, aprender); e (e) a ação a ser considerada pelo agrupamento como sendo formas de expressão do jogo.

Como parte do processo de racionalização, o jogo, segundo olhar weberiano (Weber, 2001) perderia o seu caráter religioso, conservando o culto ao corpo, o conteúdo lúdico e o ritual simbólico da equipe, das cores e do pertencimento. A

racionalização trata do uso da razão instrumental na ação humana, significa tomar atitudes e decisões descartando os elementos de natureza pessoal, afetiva e emocional. A eficiência torna-se um valor normativo prioritário para o jogo e a quantificação dos feitos uma exigência fundamental das máquinas competitivas. Trata-se da tendência de transformar qualquer jogo em algo que possa ser medido e calculado (Almeida e Rose, 2010).

A quantificação geralmente se faz acompanhar de dois outros fenômenos, muito frequente, a especialização e as estratégias. Estes dois elementos visam, em última instância, um melhor desempenho.

Na lógica de Elias (1980) como na de Habermas (1987), há um processo de evolução da sociedade e espaços específicos de ações comunicativas, que buscam o divertimento. Os dois teóricos partem do processo de evolução social e busca de espaços de sociabilidade. Habermas (1987) acrescentaria os termos: espontânea e livre de coações, este último mais distante do sentido eliano, para Norbert Elias (1980) sempre há uma coação na constituição da sociedade.

Assiste-se, também, a reprodução social, simbólica e de manutenção da lógica da dominação (Marchi, 2006). Pierre Bourdieu (2000) coloca que o campo constitui uma arena de lutas simbólicas e de fato, onde se contrapõem forças e interesses consolidados, pelo capital e pelas diferenças de capital simbólico entre os sujeitos, onde operam os mecanismos que distinguem dominantes e dominados.

Pode-se fazer uma relação entre a diferença de capital simbólico de Bourdieu (2000) e o processo de complexificação sistêmica de Habermas (1987), mais particularmente no surgimento dos Sistemas que colonizam o Mundo da Vida, neste caso, a utilização do capital simbólico para fortalecimento de um grupo hegemônico como nos fala Bourdieu (2000) se aproximaria de uma espécie de ação estratégica habermasiana que utiliza dos elementos culturais para sua apropriação e dominação.

São muitas as questões suscitadas frente ao objeto jogo tradicional: (a) a relação com o simbólico, (b) civilização e (c) poder. Para seguir neste estudo é importante entender como o fenômeno jogo se incorpora na vida cotidiana, porque desta vinculação é possível compreender a relação com o Mundo da Vida e, por consequência, a complexificação sistêmica.

As ações concretas no campo de políticas públicas poderiam ser desde tornar os jogos tradicionais um patrimônio cultural, com uma legislação transparente; até construir espaços de história oral nas comunidades para preservar este patrimônio. Estas são algumas ações pontuais que podem auxiliar neste longo processo de mudança de postura ética.

Utilização dos jogos tradicionais em ações políticas e ferramentas pedagógicas. O jogo possibilita inúmeras formas de superação, pois já há uma clareza da sua importância nos projetos sociais, como componente cultural que deve ser abordado de forma educativa. O desafio da sociedade civil coloca-se a universidade dentro desta esfera, é superar as políticas eleitoreiras, para políticas de direito; e dialogar com os setores da economia para valorizar aspectos éticos, frente a uma economia de mercado agressiva que desvalorize o jogo enquanto componente cultural e transmissão de valores.

Frente as considerações apresentadas, a partir da análise habermasiana, não é demais afirmar que o jogo é indispensável na formação do homem e na vida em sociedade, ele tornou-se matriz de socialização e transmissão de valores, forma de sociabilidade, instrumento de educação e também de discussão teórica.

O jogo, como estudado, é parte fundamental da cultura do país, é parte do Mundo da Vida (Habermas, 1987). É representação da identidade nacional, incorporando na sua prática os valores da sociedade. O jogo é espetáculo ritual.

Constitui, portanto, fenômeno social observável na vida cotidiana que se articula com símbolos culturais, economia e política (Habermas, 1987).

O jogo pode ser compreendido no âmbito da complexificação sistêmica da sociedade, pois há uma passagem de uma prática desinteressada, para algo que se desenvolve no Sistema Dinheiro (Mercado) e Sistema Poder (Políticas Estatais) (Habermas, 1987).

Walter Benjamim (1985) via o jogo como pertencimento, isto é, uma proximidade entre jogador e público, uma sensação no público de que ele pode também tomar parte e se posicionar perante o espetáculo ou na sua prática cotidiana.

REFERÊNCIAS

- BACHRACHB, P. e BARATZ, M. S. "Two Faces of Power", *American Science Review* 56: 947-952. 1962.
- BENJAMIM, W. (1985). *Obras Escolhidas*. v.1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense.
- BETTI, M. (2004). *Violência em Campo*. São Paulo: Unijuí.
- BOURDIEU, P. (2000). *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus.
- BURKE, P. (2004). *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusp.
- DEBORD, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto Editora.
- DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.
- EASTONE, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.
- ELIAS, N. (1980). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992). *Memória e Sociedade a Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, D. e SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.
- GUTIERREZ, G. ALMEIDA, M. (2005) Norbert Elias vista o Bung Jump. In: CARVALHO, A. e BRANDÃO, C. *Introdução a Sociologia da Cultura*. São Paulo: Avercamp.

- HABERMAS, J. (1987). Teoria de la Acion Comunicativa. Tomo I e Tomo II. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus, 1987a.
- _____. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.
- LUCENA, R.F. (2001). O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados.
- LINDBLOM, Charles E. "The Science of Muddling Through", Public Administration Review 19: 78-88. 1959
- MARCHI, W. (2006). Como é possível ser esportivo e sociólogo? In: Gebara, A; Pilatti, L (ed) Ensaios sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, p.159-195
- LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. (2006) Esporte na empresa: a complexidade da integração interpessoal. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan/mar.
- MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.
- MELO, V.A. (2006). Futebol e cinema: relações. Revista Portuguesa Ciência do Desporto, n.6, v.3, p.362-372.
- PETERS, B. G. "Review: Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes", Public Administration 76: 408-509. 1998.
- PILATTI, L. A. (2006). Ensaios sobre história e sociologia nos esportes. In: Gebara, A; Pilatti L (ed) Ensaios sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, p.159-195.
- SIMON, Herbert. Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro: USAID. 1957.
- WEBER, M. (2001). A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução Vinicius Eduardo Alves. São Paulo, Centauro.
-

AÇÃO GOVERNAMENTAL, GASTO PÚBLICO E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS (COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2014 E OLIMPÍADA 2016)¹⁵

Esta comunicação tem a intenção de apresentar em linhas gerais o trabalho de pesquisa iniciado na virada de 2012 para 2013, o qual vem sendo apoiado e financiado pelo LUDENS. Tais ações de pesquisa visam realizar o monitoramento das ações governamentais brasileiras (nos três níveis de governo – União, Estados e Municípios) que se relacionam diretamente com a organização dos Megaeventos Esportivos que serão sediados no território brasileiro nesta segunda década do século XXI – Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

Os objetivos primordiais desta pesquisa é descrever em detalhes qual a natureza da participação estatal nestes eventos esportivos, além de tentar mensurar o nível da utilização de recursos públicos na organização destes três torneios esportivos que acontecerão entre 2013 e 2016. Objetivos os quais sem dúvida visam colaborar com o aprofundamento do conhecimento em torno do controle dos gastos públicos em parcerias com a iniciativa privada. Uma vez que tanto a Confederação Brasileira de Futebol (**CBF**) e o Comitê Olímpico Brasileiro (**COB**), organizadores locais dos eventos, não são entidades estatais, e portanto não estão sob controle direto do Estado brasileiro (apesar de haver uma estreita relação, como está fartamente noticiado pela imprensa brasileira).

Como é de conhecimento público, o Estado brasileiro empenha-se fortemente para que estes eventos tenham sucesso, através de ações que ocorrem desde antes do

¹⁵ Prof. José Renato de Campos Araújo (EACH-USP) E-mail para contato: zrenato@usp.br

momento da definição da sede destes eventos¹⁶. Tal empenho transfigura-se numa série grande de responsabilidades assumidas pelo governo brasileiro frente às associações internacionais que organizam tais eventos – **FIFA** (Fédération Internationale de Football Association) e **COI** (Comitê Olímpico Internacional – IOC em sua sigla em língua inglesa). Compromissos que geram uma série grande de obras públicas que seriam necessárias para o bom funcionamento destes jogos¹⁷; construções que são entendidas e/ou anunciadas como obras para o futuro das cidades sedes. Constituindo-se assim o que passou a ser chamado de "*legado para a sociedade brasileira*", pois há um discurso dentro dos governos brasileiros dentro do qual tais eventos colaborariam com processos de desenvolvimento tanto no nível local como nacional em nosso país. Ainda neste discurso sobressaem-se falas que apontam a experiência internacional anterior na organização destes jogos, ressaltando como foram importantes para cidades e nações espalhadas pelo mundo, como, por exemplo, Barcelona (Espanha), Seoul (Coréia), África do Sul, Sidney (Austrália) entre outros.

Outro objetivo importante deste projeto é a busca em ações do Estado brasileiro da existência de Políticas Públicas que estejam diretamente relacionadas com os Megaeventos Esportivos, ou que tenham sido suscitados pelos mesmos. Como por exemplo, ação para a formação de atletas olímpicos, ou a disseminação de uma cultura esportiva dentro de programas voltados para a educação formal brasileira. Desta maneira, intenciona-se ver se a realização destes eventos deixarão, ou já estão deixando,

¹⁶ A imprensa brasileira explora fortemente o envolvimento dos governantes brasileiros na realização destes eventos há bastante tempo, e sempre realiza matérias jornalísticas nas quais são imputadas as principais responsabilidades aos governantes brasileiros (presidente da República, ministros de Estado, governadores, além de deputados federais e estaduais e senadores). Lembramos como ilustração as imagens do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva participando da cerimônia que escolheria a sede das Olimpíadas de 2016, na qual o Rio de Janeiro foi a escolhida numa disputa que envolvia outras cidades candidatas, como, por exemplo, Chicago, que por sua vez contou com o apoio aberto do presidente estadunidense Barack Obama.

¹⁷ Obras de infra-estrutura em aeroportos, estradas, ruas e avenidas, voltadas para o transporte coletivo, além de construções que são diretamente relacionadas com a realização dos jogos, como por exemplo, Centros de Convenções e de Imprensa, além das próprias arenas esportivas.

marcas nas ações governamentais brasileiras, ou se limitaram a ações de caráter imediatista que visam somente a gestão episódica destes eventos.

Sem dúvida, a questão do controle dos gastos públicos em relação a estes eventos ganha muita importância a medida que se aproximam as realizações destes jogos, pois assistimos nas futuras cidades sedes uma série de obras, e até já há alguns projetos abandonados pelos governos, que estão ocorrendo em ritmo acelerado. Em alguns episódios, como a construção do futuro estádio do Sport Club Corinthians Paulista na cidade de São Paulo, assume muita visibilidade a participação do Estado no processo de definição das arquiteturas financeiras necessárias para a realização de obras da iniciativa privada, transformando-se este num dos pontos de maior relevância dentro do debate público brasileiro atual em relação aos Megaeventos esportivos. Os financiamentos necessários para tais obras, como já nos é fartamente noticiado, tem como fonte quase que exclusiva os cofres públicos, nos três níveis da federação brasileira.

Portanto, no nosso entender, a relevância de um estudo científico que vise monitorar e discutir tais processos de participação do Estado brasileiro parece-nos óbvia, mas, sem dúvida, tem sua importância potencializada pelo contexto institucional brasileiro contemporâneo. Pois, como é fartamente demonstrado na bibliografia (CELINA, MARTA E MARTA FARAH), apesar de um número grande de escândalos sobre a malversação de dinheiro público, há uma tendência no Estado brasileiro em aumentar seus mecanismos de controle (interno e externo) para o uso de dinheiro público. Com isso, este projeto pretende esmiuçar os mecanismos institucionais de controle do Estado brasileiro atual, e colaborar com o debate acadêmico em torno do fortalecimento e de aumento de eficiência, eficácia e efetividade de instituições como Tribunais de Contas (TCU, TCE e TCM), Controladorias Gerais e outros órgãos de controle interno e externo do Estado Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- _____; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; AZEVEDO, Sergio de; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Orgs.). Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: FASE: Ed. Revan: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2004. p.11-56.
- 64, 1996.
- ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo. Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&task=do
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation, JAIP, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224.
- ARRETCHÉ, M. T. S; ROODEN, J. Política Distributiva na Federação: Estratégias Eleitorais, Barganhas Legislativas e Coalizões de Governo. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no3, 2004, pp. 549 a 576.
- ARRETCHÉ, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14 no 40 junho/99. P. 112 a 141.
- BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; CABRAL, Lucas Rezende; SILVA, Samuel Coelho. Representações de esporte/lazer em projetos sociais: Um olhar sobre o Programa Segundo Tempo em Vitória – ES. In: ISAYAMA, H. et al. (org.). Coletânea Lazer em Debate. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009 – p. 115-122.
- BRACHT, V. e ALMEIDA, F. A política de Esporte escolar no Brasil: a Pseudovalorização da Educação Física. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.

BRASIL. Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à sede dos jogos olímpicos paraolímpicos de 2016. Brasília: Comitê Rio 2016, 2008. Disponível em:<http://www.rio2016.org.br/> .

BRASIL. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília, DF: ME, 2005. 44 p.

CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão municipal e políticas de lazer. In: ISAYAMA, H. e LINHARES, M.A. (org.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. – Belo Horizonte: editora UFMG, 2006 (p.136- 164).

CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org.). Gestão pública e política de lazer a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino. Política Educacional e Educação Física: Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

COHRE – CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS. Fair play for housing rights. Suíça: COHRE, 2007. Disponível em www.cohre.org/mega-events.

COIMBRA, M. A. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, S. H; SANTOS, W. G; COIMBRA, M. A. Política Social e Combate à Pobreza. RJ: Jorge Zahar Editor, 1987, 161p.

DAMO, Arlei Sander & OLIVEN, Ruben George – Dossiê Megaeventos – Horizontes Antropológicos – Porto Alegre, ano 19, n. 40, jul./dez. 2013

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik O. Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance. Politics & Society, Vol. 29 No. 1, March 2001 5-41

GOHN, M. G. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES TUBINO, M. J. A Educação Física e o esporte do ocidente no século XX. Arquivos em Movimento (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 99-100, 2005. In: <http://b200.nce.ufrj.br/~revista/artigos/v1n2/artigo10_v1n2.pdf>.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Espaço & Debates, São Paulo, n. 39, p.48- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. IPEA, 2008.

ISAYAMA, H. F. et al. Lazer, políticas públicas e formação profissional: Análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, H. F. et al. (orgs.). Gestão de políticas de Esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios. Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.

ISAYAMA, H. F. Recreação e lazer na formação profissional em Educação Física: reflexões sobre o currículo. In: WERNECK, C. L.; ISAYAMA, H. F. Lazer, recreação e educação física. Belo Horizonte: Authêntica, 2003.

ISAYAMA, Hélder F. O Profissional da Educação física como Intelectual: Atuação no Âmbito do Lazer. In: MARCELLINO, N. C. (org.). Formação e desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (Coleção Fazer/Lazer).

LIBERATO, Almir e SOARES, Artemis (org.). Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Retrospectiva histórica. 1a Edição. Manaus: EDUA, 2009. LIMONGI, Fernando. A Democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. In: Novos estudos - CEBRAP no 76 São Paulo, Nov. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000300002>>

LINHALES, M. A Trajetória política do esporte no Brasil interesses envolvidos, setores excluídos. Tese. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1996.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o Setor Esportivo. In: MARCELLINO, N. C.(org.). Lazer e Esporte: Políticas Públicas. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p.31 a 56.

MARCELLINO, Nelson. Lazer sociedade e algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. (org.). Lazer e sociedade múltiplas relações. Campinas, SP Editora Alina, 2008.

MARICATO, Ermínia e SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade In Teoria e Debate, n.o 66, abr-jun2006.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.57-114.MARTINS, Marcos Francisco. Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão? Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MELO, Erick S. O.; GAFFNEY, Christopher. Mega-eventos esportivos: reestruturação urbana para quem? Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

MELO, Marcelo de Paula. Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MELO, Marcelo de Paula. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no Governo Lula e o aprofundamento do projeto neoliberal de terceira via. Licere, Belo Horizonte, v. 10, n.2, ago./2007.

MELO, Victor Andrade. Dicionário do Esporte no Brasil: Do século XIX ao início do século XX. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Decania do Centro de ciências da Saúde da UFRJ, 2007. Coleção educação física e esportes.

MELO, Victor Andrade. Lazer e Minorias Sociais. São Paulo. IBRASA, 2003.

MENICUCCI, Telma. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily (org.). Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

MULLINS, Patrick. "Tourism urbanization". *International Journal of Urban Regional Research*, 15 (3): 326-342, 1991.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context, Raquel Rolnik. Disponível em http://www.un.org/wcm/webdav/site/sport/shared/sport/pdfs/Resolutions/A-HRC-13-20/A-HRC-13-20_EN.pdf.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

ROCHE, Maurice. *Mega-event mediation, governance and the Olympics in PSA Annual*

RUBIO, K. Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (85). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-85.htm>.

SANTOS JUNIOR, Orlando. *Relatório da Missão da Relatoria do Direito à Cidade*. Plataforma DHESCA. Rio de Janeiro, 2011.

SHORT, J.R. *Global Metropolitan: Globalizing Cities in a Capitalist World* London: Routledge, 86-108, 2004

SOUSA, Marcelo L. O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, na 8, pp. 67-100, jan/jun., 2000

STREETNET INTERNATIONAL. *Copa do mundo para todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014*. Disponível em: http://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In : ARANTES, O., VAINER, C. B. & MARICATO, E. A cidade do pensamento único : desmanchando consensos. São Paulo : Vozes, 2000.

WERNECK, C. L. G. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed: UFMG; CELAR – DEF/UFMG, 2000.

wnload&id=28

ZALUAR, A. Cidadãos não vão ao Paraíso: Juventude e política social. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZALUAR, A. O esporte na educação e na política pública. In: Educação e Sociedade, n.38, abril de 1991 p. 19 a 44.